



# Anais da Assembléia

N. 97

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 24 DE SETEMBRO DE 1985

ANO XI

## 3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA

### ATA DA 84.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 24 DE SETEMBRO DE 1985

TERÇA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Nilso Sguarezi, secretariada pela Senhora Deputada Amélia Hruschka e pelo Senhor Deputado Djalma de Almeida César, à hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtom Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57). Achando-se em licença o Senhor Deputado Tuguio Setogutte (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

### S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- Está em votação a ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Pela Ordem)- Senhor Presidente, solicito verificação de votação da ata.

O SR. PAULO FURIATTI (Pela Ordem)- Senhor Presidente requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

42 Senhores Deputados responderam a chamada. Há "quorum" para deliberação.

A Mesa procederá a verificação de votação da ata da sessão anterior.

(É procedida a verificação de votação).

22 Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor Deputado rejeita. **Aprovada a ata.**

O SR. 1.º SECRETÁRIO- procede à leitura do seguinte

### E X P E D I E N T E:

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o projeto de Lei n. 191/85, que institui a garantia de emprego para os empregados das empresas de propriedade do Governo do Estado, admitidos por concurso público, cujas relações de emprego sejam regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1985

(a) PAULO FURIATTI.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, VOTAÇÃO NOMINAL AO PROJETO DE LEI N. 11/85.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1985

(a) PAULO FURIATTI.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro o adiamento da discussão e votação, por 03 (três) Sessões, do projeto de Lei n. 72/85, constate da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1985

(a) CAÍTO QUINTANA.

##### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada pelo prazo de uma sessão da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n. 41/85, de sua autoria, que denomina "ALVARO GODOY" a estrada que liga o Distrito de São Luiz à PR- 445.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1985

(a) FIORI LUIZ.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro com base no Regimento Interno, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Resolução n. 58/85, e enviado à Comissão Executiva para se pronunciar sobre o mesmo.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1985

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, REQUER a transformação do Projeto de Lei n. 321/84, de sua autoria, em sugestão a ser encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado para que, na forma prevista pelo Art. 25, § 1.º, letras "a" e "b", da Constituição Estadual, tome a iniciativa que lhe compete para a criação do Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCITEC).

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1985

(a) ADHAIL SPRENGER PASSOS.

JUSTIFICATIVA:

Como reconheceram as Comissões de Constituição e Justiça e a de Finanças desta Casa, há vício de iniciativa do projeto referido. A ressalva da "expectativa de que o seu notório vício de origem poderá ser sanado quando da sanção governamental", restou infundada diante da posição que vem tomando o Supremo Tribunal Federal sobre o assunto, consubstanciada na seguinte decisão proferida na Representação de n. 1.051.-1-GO, formulada pelo Excelentíssimo Senhor Procurador Geral da República ( JURISPRUDÊNCIA DO STF - LEX-32):

"EMENTA - aumento de despesa pública decorrente de emenda do Poder Legislativo a projeto encaminhado pelo Poder Executivo.

Em face dos termos do parágrafo único do art. 57 da Emenda Constitucional n. 1/69, a sanção não mais supre a falta de iniciativa exclusiva do Chefe do Poder Executivo, no caso de aumento da despesa prevista. Precedente do STF ( Representação de inconstitucionalidade de n. 890).

Representação que se julga procedente, declarando-se a inconstitucionalidade do art. 6.º da Lei 8.782, de 18 de abril de 1980, do Estado de Goiás".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento da

Senhora ANGELINA HOBI, ocorrido dia 22 do corrente em UNIÃO DA VITÓRIA.

Requer, outrossim, que a família seja cientificada do teor do presente requerimento, à Rua Dr. Carlos Cavalcanti, n. 223- União da Vitória.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1985

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

A extinta pertencente a tradicional família de União da Vitória, era viúva de WERNER HOBI, que ao falecer, deixou atribuições e maiores responsabilidades à viúva que ficara com três filhos para educar, a qual, continuando com a casa comercial, prestou serviços inestimáveis a comunidade de União da Vitória. Sua morte causou muita tristeza e dor aos familiares e ao vasto contingente de amigos que tiveram o privilégio de desfrutar de sua amizade. Pessoa humana, cristã, dedicou a vida a praticar o bem ao próximo.

Deixou os seguintes filhos: MARLI, casada com o Senhor IVO CLOVIS CUNHA, SUELI, casada com TERCIS AUGUSTO DUARTE VOLACO e MILTON HOBI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, votos de profundo pesar pelo falecimento do Senhor AIRTON BERGER, ocorrido em data de 22 do corrente, na cidade de Ponta Grossa.

Trata-se de pessoa largamente conhecida no município, tendo sua vida sempre ligada às obras das entidades de assistência social, vindo a falecer no exercício do cargo de Secretário da Agricultura da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.

Após aprovado pelo Plenário, solicito o encaminhamento de correspondência à família enlutada por meio de sua viúva, a Sra. DONATILA HORN BERGER - Rua Ernesto Vilela n. 645- Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1985

(a) LEÔNIDAS CHAVES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputados que o presente subscreve, no uso de prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o Douto Plenário, seja consignado voto de congratulações à população de Nova Aurora nas pessoas do Prefeito Aurélio Regazzo e Presidente da Câmara de Vereadores Nelson da Rocha, pelo transcurso de 18.º aniversário de emancipação política.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1985

(a) MÁRIO PEREIRA.

**JUSTIFICATIVA:**

Aos 18 anos de emancipação e com 20 mil habitantes, Nova Aurora constitui um dos principais centros de produção agrícola da região, destacando-se a Administração atual pela atenção prioritária dedicada ao setor educacional. Coerente com esta política, a programação alusiva à Semana do Município vem sendo marcada pela entrega à população, de importantes obras no setor da educação, além de intensas atividades culturais.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que a este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de congratulações a Associação dos Funcionários Fiscais do Estado do Paraná, pela eleição de sua nova Diretoria, que ficou assim constituída: Presidente do Conselho Diretor, PEDRO CARLOS ANTUN, 1. Vice-Presidente ADAILTON BARROS BITTENCOURT, 2. Vice-presidente, ARLINDO JOSÉ CLIVATTI, 1. Secretário PEDRO LUIZ DE PAULA NETO, 1. Tesoureiro, DOMINGOS C. MANSANI e Vice-Presidente GUSTAVO DOS S.MOURA; Diretores de Imprensa e Propaganda DIRCEU LOPES DE ARAÚJO e ROBERTO SÉRGIO STRESSER; Diretor de Patrimônio ILEOMAR ANTÔNIO UBA, Médico Doutor DOUGLAS SIMILE DE MACEDO - Diretor Social OLINDO-TEIXEIRA PINTO; Diagramação ARY L. DA CRUZ.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a todos os nominados, à Rua Saldanha Marinho, n. 1260, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1985

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a competente autorização a fim de que se fixe a data de 10 de outubro p.vindouro, para a realização da Sessão Solene de entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor EVANGELINO COSTA NEVES, Presidente do Curitiba Foot Ball Club, objeto do Projeto de Lei de sua autoria sob n. 133/85, aprovado nesta Casa.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1985

(a) ODENI MONGRUEL.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo

Senhor Doutor DENY LINEU SCHWARTZ, DD. Secretário de Estado dos Transportes, solicitando as providências necessárias no sentido de que sejam construídos abrigos para passageiros de ônibus na extensão da PR-281, nos seguintes locais: Trevo Secundário de Planalto; Saída de Santa Cecília; Saída de Esquina São Paulo; Saída de Barra Grande p/ Coxilha Alta; Trevo de São Valério; Saída de Lajeado Mirim e Ponte do Rio Capanema; dando-se ciência deste requerimento ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal e à Câmara de Vereadores do Município de Planalto.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1985

(a) CAÍTO QUINTANA.

**JUSTIFICATIVA:**

A presente reivindicação nos chega através da Câmara Municipal de Planalto, atendendo diversas solicitações da comunidade em geral, usuários do serviço de transporte coletivo, que não tem a mínima proteção contra o sol e a chuva.

Tratando-se de uma justa aspiração, apelamos à Secretaria de Estado dos Transportes, na certeza do pronto atendimento.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR- Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, encarecendo a destinação de materiais esportivos para a Escola Estadual Vila Rica do Espírito Santo- Ensino de 1.º Grau, localizada na Municipalidade de Fênix.

Conforme a relação contida em anexo do presente requerimento, aquele educandário, sem dúvida alguma precisa de uma série de materiais esportivos. As informações são prestadas pela Ilustríssima Senhora Maria J.P. Carmona, Diretora da Escola. Segundo ela, a prática de Educação Física, no que tange ao currículo previsto pela Lei 5.692, já está há muito tempo comprometido face à precariedade de condições que viabilizem a referida disciplina.

Neste sentido, face à exposição de motivos, espera-se que essa FUNDEPAR e Secretaria de Estado da Educação, atendam esta reivindicação, permitindo deste modo, que os problemas deixem de existir definitivamente.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1985

(a) RUBENS BUENO.

**REQUERIMENTO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida ao Ilustríssimo Senhor Presidente da COHAPAR- Companhia de Habitação do Paraná, através do Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado do Interior, no sentido da realização de estudos visando a construção de casas pelo sistema mutirão no Distrito Administrativo de Herveira, pertencente a municipalidade de Campina da Lagoa.

No último dia 17, a Câmara Municipal de Vereadores, conforme sessão realizada, aprovou, dentre outras iniciativas, proposição do Excelentíssimo Senhor Senen José dos Santos. Na qualidade de integrante daquele Poder Legislativo, o mesmo demonstrou sua real preocupação quanto à falta de opção para que as famílias de menor poder aquisitivo possam adquirir sua casa própria na localidade de Herveira.

Neste sentido, o presente requerimento visa apoiar a reivindicação do nobre Vereador Senen José dos Santos, no sentido de que essa Companhia, juntamente com a Secretaria do Interior, determinem a realização de estudos objetivando a construção de residências pelo sistema mencionado, resolvendo um antigo problema, que é a falta de moradia para muitos.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1985

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa a íntegra do pronunciamento do Presidente JOSÉ SARNEY, aos Delegados da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, em Nova York, na data de ontem, publicado por vários órgãos da imprensa nacional, dada a sua relevante importância.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1985

9a) DJALMA DE AMEIDA CÉSAR.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Fernando Eugênio Ghignone, Secretário de Estado da Cultura e do Esporte, solicitando colocação de alambrado na Escola Estadual "Arnaldo Coneglian", na Cancha de Esportes e no Estádio Municipal, na cidade de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1985

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

A colocação dos alambrados em referência, dotarão a referida escola e setores para prática desportiva de melhores condições, para utilização dos mesmos por parte dos atletas. Esta reivindicação parte do Excelentíssimo Prefeito Municipal Arnaldo Coneglian, traduzindo o desejo dos atletas daquela cidade, tendo em vista, além disso, que a prefeitura local não tem condições financeiras de arcar com as despesas inerentes.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Senhor Gilberto Geraldo Garbi, Diretor Presidente da TELEPAR, Rua Manoel Ribas, 115, Mercês, nesta Capital, solicitando instalação de telefones no Distrito de Borbônia, Município de Barbosa Ferraz.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1985

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

#### JUSTIFICATIVA:

O crescimento populacional verificado nos últimos anos no Distrito de Borbônia, justificam esta reivindicação de seus habitantes, que nos foram transmitidas em recente reunião realizada naquela localidade.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, contendo apelo no sentido de que em todos os procedimentos e decisões a serem tomadas em relação a projetos de desapropriação no Estado do Paraná, sejam ouvidas as lideranças representativas do empresariado rural. Notícias veiculadas pela imprensa e comentários que circulam na região e no Estado, dão conta da inclusão de áreas produtivas, caracterizadas como empresas rurais em proposta encaminhada ao Ministério do Desenvolvimento e Reforma Agrária para efeito de desapropriação. A inclusão dessas áreas produtivas como passíveis de desapropriação causa profunda apreensão no meio do empresariado rural, aos proprietários que efetivamente estão explorando suas terras, produzindo e contribuindo para o desenvolvimento da agricultura do Paraná e do País.

A questão da terra no Paraná evolui para um estágio de profunda conturbação, exigindo no momento grande prudência e a mais absoluta isenção para que não venha a

ocorrer uma convulsão social e não venham praticar atos de injustiça contra os que realmente utilizam a terra dentro dos parâmetros de sua função social.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1985

(a) EDGARD PIMENTEL.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Affonso Camargo Neto, DD. Ministro dos Transportes, solicitando providências no sentido de que os veículos utilizados pelos Sindicatos Rurais do Paraná sejam isentos da Taxa Rodoviária Única (TRU).

Requer, ainda, que seja encaminhada cópia a todos os Deputados Federais do Paraná com assento na Câmara dos Deputados.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1985

(a) EDGARD PIMENTEL.

#### JUSTIFICATIVA:

Os Sindicatos Rurais, além de exercerem seu papel de órgão de representação da classe produtora rural, também executam um extenso programa assistencialista na área da saúde.

Outrossim, os Sindicatos se mantêm com as contribuições sindicais, e são entidades sem fins lucrativos, e para executarem o papel de órgão de representação e dar assistência aos produtores rurais, os gastos são muito elevados principalmente, com o uso de veículos para o transporte.

Por tudo que os agricultores representam, o Núcleo dos Sindicatos do Oeste do Paraná ( Assis Chateaubriand, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Goioerê, Guaíra, Guaraniaçu, Juruanda, Laranjeiras do Sul, Marechal Cândido Rondon, Mamborê, Matelândia, Medianeira, Palotina, Nova Aurora, Quedas do Iguaçu, Santa Terezinha do Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Três Barras do Paraná), esperam o acatamento da proposta, mesmo que seja necessária a utilização de placas brancas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, informações para saber quais as medidas legais e administrativas tomadas com relação aos fatos que originaram, a sindicância de n. 1348/84 da CIRETRAN de IVAIPORÃ, bem como da atual situação em que se encontram tais medidas.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1985

(a) NILSO SGUAREZI.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 223/85  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná.

#### D E C R E T A:

Art.1.º - Passa a denominar-se Escola de 1.º Grau Professor RUY VIRMOND MARQUES, a antiga Escola de 1.º Grau Mahatma Ghandi, situada no Município de Guarapuava, Estado do Paraná.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24 de setembro de 1985

(a) NILSO SGUAREZI.

#### JUSTIFICATIVA:

RUY VIRMOND MARQUES, brasileiro, professor, catedrático, odontólogo, radioamador, fundador da sociedade de assistência aos idosos denominada Serviços de Obras Sociais, presidente da Cia. de Água e Esgotos de Guarapuava, Presidente do Sindicato Rural daquela cidade, Presidente do tradicional Clube Guaíra, destacou-se sobremaneira dentro da vida e da comunidade guarapuavana.

Durante mais de trinta anos, realizou relevantes serviços que marcaram a história da cidade de Guarapuava.

Instalou seu consultório dentário naquele Município, no ano de 1942, onde ininterruptamente exerceu sua profissão até 1972.

Contribuiu, efetivamente, para o atendimento de pessoas carentes, procurando minorar o sofrimento daqueles que não podiam arcar com as despesas de tratamento odontológico.

Em 15 de março de 1946 foi nomeado para exercer o cargo de professor catedrático do quadro de ensino do Ginásio Estadual de Guarapuava.

Foi regente das cadeiras de Geografia Geral do Brasil, de Francês e de Ciências.

Removido para o Município de Araucária, como professor da cadeira de Ciências, foi aposentado pela Portaria n. 3.883, quando ministrava a mesma disciplina no Colégio 19 de Dezembro, nesta Capital.

Proporcionou a milhares de guarapuavanos, conhecimentos ímpares, dentro os quais muitos atualmente ocupam cargos de expressão municipal, estadual e federal.

Em atividades correlatas com o exercício do magistério concluiu com louvor, em 1963, o primeiro curso para professores de Ciências Físicas e Biológicas, realizado pela Universidade Federal do Paraná.

Participou em 1973, da V Feira Municipal de Ciências realizada nesta Capital, tendo o seu trabalho recebido MENÇÃO HON-

ROSA em Biologia, 1.º grau, dentre outros 319 inscritos.

No mesmo ano, frequentou e concluiu o curso de aperfeiçoamento de docentes livres, promovido pelo CETEPAR, órgão da Secretaria de Educação e Cultura.

Em outubro de 1977, pela Universidade Federal do Paraná, colou grau como professor licenciado em disciplinas especializadas para o ensino de 2.º grau.

Foi pioneiro no radiomadorismo - prefixo PY-5DE, na cidade de Guarapuava, onde em virtude das dificuldades de comunicações existentes, na época, prestou relevantes serviços a toda a comunidade.

Idealizou e fundou o S.O.S., Serviços de Obras Sociais (uma sociedade de amparo e assistência a idosos), que até hoje cumprem com méritos as suas finalidades.

Lutou pela implantação do sistema de tratamento de água em Guarapuava, sendo o primeiro presidente da Companhia de Água e Esgotos de Guarapuava - CAEG, cargo que exerceu até a encampação da mesma pela SANEPAR.

Exerceu a presidência do Sindicato Rural de Guarapuava e do Tradicional Clube Guaira, que congrega as figuras mais representativas da sociedade Guarapuavana.

No desenvolvimento das atividades agro-pastoris, na fazenda Pouso Alegre, de sua propriedade, devido ao seu espírito pioneirista instalou o primeiro apiário racional do município e a primeira granja avícola da comunidade. Faleceu em 07 de agosto do corrente ano, em nossa Capital.

Portanto, acreditamos que a alteração da denominação da Escola de 1.º Grau "Mahatma Ghandi" de Guarapuava, para Escola de 1.º Grau "Professor Ruy Virmond Marques", é uma justa e merecida homenagem a um brasileiro, que dedicou o seu trabalho, a sua luta e a sua vida ao povo daquele município.

Ao alterarmos o nome da Escola, estaremos agindo com justiça, para que a história e as futuras gerações, guardem o nome do mestre, que tanto se dedicou à melhoria das condições de vida do povo guarapuavano.

Tal mudança, reflete a vontade, o desejo e a estima do povo, daquele município, dedicada ao saudoso doutor RUY VIRMOND MARQUES.

PROJETO DE LEI N. 224/85  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a extinguir os débitos fiscais devidos à Fazenda Estadual das Microempresas, definidos na Lei n. 8084 de 5/6/85, até o exercício financeiro de 1984.

Art.2.º - A Secretaria de Estado das

Finanças, através decreto a ser baixado 30 dias, após a publicação da presente lei, regulamentará o estabelecimento no art.1.º

Art.3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24/09/85.

(a) PÉRICLES PACHECO.

#### JUSTIFICATIVA:

As Microempresas definidas pela Lei n. 8084 de 5/6/85, foram anistiadas dos débitos para com a Fazenda Estadual pertinentes ao ICM, conforme estabelece o seu art.10.

Com o presente projeto de lei estamos propondo uma anistia mais ampla para com as microempresas, evitando-se assim que as mesmas venham a sofrer maiores problemas para com a sua plena expansão.

A norma aqui proposta tem precedência, visto que na Câmara Federal, através de Projeto de Lei n. 4909/84 com parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça, está se propondo idêntica medida aqui apresentada.

Com isso apresentamos o presente plano de lei que por certo merecerá o apoio dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

#### IDENTIFICAÇÃO:

Número na origem: PL. 04909 1984 Projeto de Lei (CD)

Órgão de origem: Câmara dos Deputados 05.12.1984

Câmara: PL.04909 1984

Autor: Deputado: Floriceno Paixão. PDT RS.  
Ementa: Extingue os débitos das microempresas definidas na Lei 7256, de 27 de Novembro de 1984, nas condições que especifica.

indexação normas, extinção, débitos, microempresa, fazenda nacional, natureza tributária, prazo, vencimento.

#### LEGISL-CITADA

Lei 007256 de 1984

#### DESPACHO INICIAL

(CD) Com. Constituição Justiça (CCJ)

(CD) Comissão Economia Indústria e Comércio (CEIC)

(CD) Com. de Finanças (CF)

#### PROPOS-ANEXADAS

PL. 05491 1985

#### ÚLTIMA AÇÃO

TRCOM em tramitação nas Comissões

14.08.85 (CD) Comissão Constituição Justiça (CCJ)

Aprovação unanime do parecer do relator, Deputado José Tavares, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

#### TRAMITAÇÃO

04.12.84 (CD) Plenário (PLEN)

Apresentação do projeto pelo Dep. Floriceno Paixão.

DCN1 05.12.84 Pág.16029 Col.03.

05.12.84 (CD) Mesa Diretora

Despacho a CCJ, CEIC e CF.

05.12.84 (CD) Plenário (PLEN)

Leitura e publicação da matéria.

DCN1 06.12.84 Pág.16185 Col.02.

07.03.85 (CD) Comissão Constituição

Justiça (CCJ)

Relator Dep. José Tavares.

DCN1 15.03.85 Pág.1175 Col.02.

PROJETO DE LEI N. 225/85

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Detetives e Investigadores Criminais da Polícia Civil do Estado do Paraná - "ADICEP", com sede e foro na Comarca de Curitiba.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24/09/85.

(a) ANIBAL KHURY.

## JUSTIFICATIVA:

A ADICEP, fundada em janeiro de 1.982, é uma sociedade civil de direito privado, legítima entidade representativa das carreiras, sem fins lucrativos.

Desde sua fundação vem cumprindo com as finalidades a que se propôs, ou seja:

a) promover a defesa assistencial de seus associados;

b) congregar os detetives e investigadores criminais da Polícia Civil do Estado;

c) promover atividades sociais e culturais, esportivas e recreativa dos associados.

Está devidamente registrado sob o n. 3671, Livro A, do Registro Civil das Pessoas Jurídicas do Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Capital.

Diante do exposto, solicito aos nobres Pares com assento nesta Casa o devido apoio para o presente plano de lei e sua posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N. 226/85

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a reverter ao Município de Jataizinho, os imóveis de propriedade do Estado, constituídos pelos: lotes datas n. 10 e 12 da quadra 14, da zona urbana de Jataizinho com as seguintes confrontações, pela frente com a Avenida Presidente Caetano Munhoz da Rocha, por um lado com a rua Ivaí, por outro lado com a rua Professora Adélia Antunes e pelos fundos com terrenos municipais e outros, conforme título de proprie-

dade sob o n.43, de 24/12/49 - Transcrição n. 4.613 de 23/12/49; Lote data n.09, da quadra 14 da zona urbana de Jataizinho, com frente para a rua Paraná e fundos com lotes de propriedade do Governo do Estado - Título de propriedade n. 045 de 03/12/49 - Transcrição n. 4611, de 23/12/49 e Lotes datas n. 01, 03, 05, 07, 09 e 11, da quadra 15 da zona urbana de Jataizinho, com frente para a Avenida Presidente Caetano Munhoz da Rocha, por um lado com a rua Ivaí, por outro lado com a E.F.R.V.P. - S/C. e pelos fundos com a E.F.R.V.P.S/C. título de propriedade sob o n. 44 de 24/12/49 - Transcrição n. 4.612 - de 23/12/49 - Todas do Registro de Imóveis da Comarca de Assaí.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24/09/85.

(a) HERMAS BRANDÃO.

PROJETO DE LEI N. 227/85

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a SOCIEDADE PROCOPENSE DE ESTUDOS SOCIAIS E AÇÃO SOCIAL - "SOPEAS", com sede e foro no Município de Cornélio Procopio.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24/09/85.

(a) HERMAS BRANDÃO.

## JUSTIFICATIVA:

Em 1968, no município de Cornélio Procopio, foi fundada uma entidade de direito privado, de caráter educativo, beneficente, cultural, filantrópico e de ação social, que tornou o nome da "Sociedade Procopense de Estudos Sociais e Ação Social".

Sua finalidade é de amparar a juventude, visando a formação integral do adolescente, preparando-o para o serviço da coletividade.

A SOPEAS promove cursos e estudos sociais e desenvolve obras de assistência social e filantrópica no sentido de beneficiar todas as camadas sociais, principalmente os mais desamparados.

PROJETO DE LEI N. 228/85

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art.1.º - Fica declarada de Utilidade Pública a "Associação de Moradores do Conjunto PARIGOT DE SOUZA", com sede e foro na cidade de Londrina.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as dis-



posições em contrário.

Sala das Sessões, em 24/09/85.

(a) HOMERO OGUIDO.

**JUSTIFICATIVA:**

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo da assistência social e da filantropia, junto à comunidade dos moradores do Conjunto Parigot de Souza e adjacências.

A documentação que anexo apresentamos comprovam o preenchimento dos requisitos essenciais previstos na legislação estadual pertinente.

Nestas condições é que apresentamos o presente plano de lei que esperamos receberá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N. 229/85

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art.1.º - A pensão mensal paga pelo Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado - IPE - corresponde a 60% (sessenta por cento) da retribuição sobre a qual estiver sendo calculada a contribuição na data do falecimento do segurado, acrescendo-se ao valor assim apurado quotas adicionais de 5% (cinco por cento) para cada um dos dependentes do segurado falecido até o máximo de 6 (seis).

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 24/09/85.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Líder do PDS.

**JUSTIFICATIVA:**

Por melhor que seja a remuneração do funcionário quando em vida, o sobrevivendo o falecimento deste, a família sofre uma perda substancial de 40% da renda mensal. Justamente quando falta o arrimo aumentam sobremaneira as dificuldades, levando a família ao desespero pela quase impossibilidade de arcar com as despesas.

O presente plano de lei visa melhorar um pouco o nível das pensões pagas aos segurados do IPE, na medida em que aumenta o valor da pensão proporcionalmente ao número de dependentes, sendo essa a maneira correta de se assegurar a previdência.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito, Senhor Deputado Márcio Almeida.

O SR. MÁRCIO ALMEIDA - Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados.

Os profissionais de Processamento de Dados do Paraná se organizam para realizar no próximo dia 27, sexta feira, a renovação da diretoria da sua entidade profissional, A.P.P.D., Associação de Profissionais de Processamento de Dados. Esta categoria profissional, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, tem desempenhado papel muito importante na defesa dos interesses nacionais, na área da informática. Ainda no ano passado, toda a luta pela reserva de mercado foi captaneada pela APPD, pela SUCESSO e outras entidades ligadas tanto à indústria de equipamento nacional de Processamento de Dados da Informática, como pelos profissionais que atuam na área.

Nesta tarde, queremos registrar, da tribuna da Assembléia Legislativa, esse fato, desejando que a chapa única, por sinal, chapa por um movimento forte atuante dos profissionais de processamento de dados, venha a ter sucesso no encaminhamento concreto da sua plataforma política, que é elevar o nível de organização e de consciência política no Paraná, dos profissionais de Processamento de Dados através de uma série de ações relacionadas na sua documentação de propaganda.

A APPD e o Sindicato dos Trabalhadores de Processamento de Dados do Paraná, são as duas entidades que representam os interesses classistas, no caso, mais o Sindicato do ponto de vista de condições de trabalho, e mais a APPD, no que diz respeito a discussões sobre a política de informática no País. É o nosso registro, portanto, de que nesta sexta-feira a APPD Paraná renova a sua diretoria contando com a simpatia desse, e eu acredito, de todos os Deputados desta Casa, que estejam verdadeiramente interessados para que, todas essas categorias profissionais do Estado elevem a cada dia o seu nível de organização e o seu nível de participação nas decisões deste setor, cada dia mais fundamental na vida nacional.

O outro comentário que queríamos aproveitar neste Pequeno Expediente, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, é o registro, a satisfação de registrar como se verifica hoje pela imprensa nacional, de um avanço no posicionamento do Governo Brasileiro no tratamento da angustiante questão da dívida externa.

O cancelamento, a suspensão do pagamento da dívida externa, o rompimento com o Fundo Monetário Internacional, a luta por uma nova ordem econômica, que estabeleça um intercâmbio igual entre os países, tem sido já de muito tempo, um anseio, uma luta de setores da sociedade brasileira. Felizmente, o Governo atual evolui, no sentido de observar essas proposições que



já são da sociedade brasileira.

Ontem, no seu depoimento, no seu pronunciamento na Organização das Nações Unidas, o Presidente José Sarney avançou no seu compromisso de concordar com uma negociação em bloco, dos países latino-americanos, e do Caribe, com os credores internacionais.

No Uruguai, há cerca de trinta dias, quando da sua visita, já se pode perceber uma mudança de comportamento em relação aos primeiros pronunciamentos deste novo Governo, quando então se mantinha irreduzível, numa posição de negociação somente bilateral, e sem questionar os compromissos com o Fundo Monetário Internacional.

Essa situação nova, é bom que se registre, e que os Deputados Estaduais do Paraná passem a se pronunciar, e a repensar no seu posicionamento, e ainda a revelar o pensamento da sociedade brasileira.

Era só Senhor Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Concedo a palavra ao Senhor Deputado Tadeu França, inscrito.

O SR. TADEU FRANÇA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Temos recebido a visita da Associação dos Professores de idioma espanhol, sediada em Curitiba, e é por esta razão que, após uma discussão mais intensa, estamos propondo à apreciação dos Senhores Deputados, um requerimento endereçado ao Governador do Estado e a Excelentíssima Secretária de Estado da Educação para que, ouvido o Douto Conselho Estadual de Educação, sejam propostas nos currículos das escolas paranaenses estaduais de 2.º grau, o idioma espanhol, ao menos em proporção idêntica às subscrições que hoje são previamente formuladas como opção pela língua inglesa, rator este que seria de maior integração latino-americana e início de cerceamento do monopólio colonista sócio-cultural do imperialismo norte-americano contra as nossas gerações jovens.

Na realidade, é preciso que em maior amplitude, haja uma proposição para que o idioma espanhol nas escolas paranaenses de 3.º grau, sejam objeto de maior expressividade, mas que, principalmente a inclusão formal da língua castelhana, em termos de currículos dos cursos de 2.º grau do Estado, passem a ser uma realidade propiciada.

Efetivamente, a proposição oficial que vem sendo explícita e direcionada nos currículos em geral, em favor da língua inglesa, vem coibindo totalmente qualquer opção dos professores e dos estudantes do Paraná, com relação ao que poderia ser aquilo que legalmente está colocado como aprendizado de uma língua estrangeira mo-

derna, segundo preceitua a própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Infelizmente, nos últimos vinte anos de governo, por língua estrangeira moderna, o que é uma determinação de ordem legal, passou a se entender única e exclusivamente o aprendizado obrigatório da língua inglesa em todas as escolas oficiais do Estado do Paraná e do nosso País.

É desta forma que, desde a mais tenra infância escolar, nossas crianças vão se especializando no comportamento artificial de assimilar modelos ou reproduzir comportamentos filtrados pelo massificante e unilateral monopólio do padrão de dominação colonialista dos norte-americanos contra o nosso País.

Além disso, pelo menos 90% das crianças e adolescentes que por anos a fio, tentam reproduzir sons britânicos em sua fala brasileiríssima, não vêm conseguindo, ao final de tantos investimentos e tempo dispendido, ler compreendendo qualquer texto ocasional de língua inglesa que se lhes põe na mão.

A propósito, o inglês, língua germânica que é, nem mesmo chega a fazer parte da família linguística neo-latina em que se insere a língua portuguesa. Com o espanhol, idioma que é também de alçada mundial, o aproveitamento haveria de ser outro, dada a afinidade com a nossa língua portuguesa, com dois anos de escolaridade, nossas crianças haveriam de falar, ler e escrever fluentemente e o que é também de suma importância para o nosso contexto, nossas crianças e jovens descobririam os laços de fraternidade, com os nossos irmãos da América Latina, tão próximos de nós, geograficamente, ao invés de permanecerem como estão na miragem pré-fabricada dos formidáveis enlatados "made in U.S.A."

Finalmente, quantos estudantes humildes de nossas periferias urbanas e regiões rurais, cuja dificuldade para o manejo do idioma nacional já é imensa e que acabam sendo reprovados sistematicamente em língua inglesa.

Senhor Presidente, peço que se conste como lido o inteiro teor do meu pronunciamento, desta tarde.

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Deferido. Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Vim à tribuna, no dia de hoje, para manifestar a nossa solidariedade em primeira instância, ao que foi aqui mencionado, e dito pelo Deputado Tadeu França, dizendo a ele que, de idêntica maneira, so-

mos a favor do espanhol, no sentido de que isso venha a ser implantado e não apenas fique como terceira ou quarta opção como é nos dias de hoje.

Mas, o assunto que nos traz a tribuna hoje, Senhor Presidente e Senhores Deputados, diz respeito ao problema que mais uma vez trazemos a esta Assembléia Legislativa, problema este vivido pelos cotonicultores do Estado do Paraná.

Como todos nós sabemos os plantadores de algodão do nosso Estado estiveram e se viram envolvidos numa dramática crise, no início do presente ano, quando da comercialização da safra por eles colhida. Naquela oportunidade, em função principalmente de um preço mínimo injusto para a ocasião, e em função, principalmente da grande produção que obtiveram atendendo ao chamado do que se mais produziu neste País. Não tiveram eles melhores dias naquele momento para comercializar a sua safra e quantos não foram os produtores que se viram marginalizados até do meio rural, porque tiveram as suas propriedades confiscadas pelos agentes financeiros, para que pudesse, então, cobrir, ou seja, pagar os seus débitos oriundos do financiamento da lavoura agrícola.

O assunto, hoje mais diz respeito aos cotonicultores situados no nosso Vale do Ivaí, na região central do Paraná.

Por determinação do IAPAR, através de alguns estudos técnicos que fizera em anos anteriores, o IAPAR vem por considerar uma faixa de área situada naquela nossa região, como sendo área inapta, ou seja, não recomendada ao plantio do algodão.

Temos notícia, inclusive, de que na semana passada, se reuniram no município de Ortigueira, aqui representado nesta Assembléia pelo Deputado Djalma de Almeida César, da nossa bancada, produtores, Prefeito Municipal, técnicos do IAPAR, agente financeiro, cooperativa, no sentido de buscarem uma solução que viesse a atender os interesses dos produtores daquele município. Mas, na realidade, não são apenas os interesses dos produtores de Ortigueira que estão em jogo, Senhor Presidente, Senhores Deputados, porque também, Jardim Alegre, Manoel Ribas, Ivaiporã, Grandes Rios, Cândido de Abreu, parte de Lunardelli e de São João do Ivaí, Faxinal e até mesmo Borrazópolis, por que não dizer, são municípios que tradicionalmente exploram e lidam com a cotonicultura.

São Municípios onde os produtores tradicionalmente plantam e colhem algodão, e em alguns casos, como é o caso de Cândido de Abreu, como é o caso de Grandes Rios, hoje praticamente todo impedido de plantar, são Municípios que apresentam uma produção de alta qualidade, com o produto ali gerado de alta significância e com

classificação até mesmo superior.

Por esta razão, é que conclamamos ao pessoal ligado ao IAPAR, na pessoa do seu Presidente o engenheiro agrônomo Francisco Lemos, e também, a pessoa do nosso eminente Secretário da Agricultura, Francisco de Albuquerque, no sentido de que encontrem uma alternativa que venha a sensibilizar os agentes financeiros que hoje, embora sabedores que são, da produtividade desse produto, na nossa região, não querem financiar e muito menos estender os benefícios do PROAGRO, aos produtores, simplesmente porque o IAPAR, entende que aquela região é inapta. Sabemos que os estudos, são amplos e teríamos que partir, quem sabe, para estudos mais específicos e mais regionalizados, para se evitar as distorções que sempre ocorrem quando a coisa é analisada numa amplitude maior!

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Sguarezi) Não havendo mais oradores inscritos para o Grande Expediente, esta Presidência consulta a Liderança do PMDB, se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado.

Concedo a palavra, ao Senhor Deputado Caíto Quintana.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Na tarde de ontem, o Deputado Airton Cordeiro promoveu sérias acusações contra a licitação da obra de abastecimento de água do município de Londrina e Camoe.

Nós queremos, aqui, Senhor Presidente e Senhores Deputados, dizer que, o Edital n. 02/85 da SANEPAR, está em perfeita consonância com a importância e magnitude da obra, aliás, como tradicionalmente vem atuando, a empresa, isso igualmente, para obras executadas.

O Edital Licitatório é legalmente elaborado e amplamente divulgado, preocupando-se em fixar e estipular as condições técnicas e financeiras, assim como o capital dos licitantes, os equipamentos, o seu corpo técnico, obras similares já executadas, enfim, as demais condições que permitam uma melhor avaliação de quem deva concorrer.

Portanto, a SANEPAR atendeu a todos os critérios inerentes, a fim de dar conhecimento do Edital de Concorrência, resguardando-se, entretanto, de que, a obra seja executada, no prazo decorrente dos contratos de financiamento com o BNH, face às disponibilidades, desembolso do Órgão e do próprio Governo do Estado, e com empreiteiras que reunirão totais condições para

a execução do projeto, objeto da licitação.

Do mais, do que foi exposto, o Edital referido, no anexo n. 8 dos Procedimentos Gerais para Licitação e Execução das Obras, disciplina no seu item 7., o seguinte teor:

As dúvidas de caráter técnico ou de interpretação desse edital, deverão ser resolvidas durante o expediente normal de trabalho, na Gerência de Planejamento e Controle de Investimentos, SANEPAR, até 15 dias antes da data marcada para a entrega de documentos de concorrência.

Portanto, a data marcada para a entrega dos documentos foi estabelecido para o dia 27 de setembro do corrente ano, até às 9:00 horas, no Protocolo da empresa; logo, dia 12 do corrente mês, foi a última data que se poderia dirimir dúvidas de interpretação do Edital; após aquela data, tudo que se divulgar interna, ou externamente, será contrariando o contido no Edital.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós lemos esse item do edital, para justificar o posicionamento da bancada, contrário à convocação do Senhor Fabiano Campello para prestar esclarecimentos, neste plenário, porque acreditamos que, todas as empreiteiras paranaenses, nacionais e internacionais, conforme o Edital de Concorrência n. 02/85, tiveram o conhecimento pleno, do Edital que se estava fazendo e tiveram o local designado, para até 15 dias antes da apresentação da proposta reclamarem junto à SANEPAR.

O que nos causa estranheza, Senhor Presidente e Senhores Deputados, é que, nenhuma empreiteira, nem a Associação dos Empreiteiros, em momento algum reclamaram para a SANEPAR, do Edital de Concorrência. Oficialmente, nenhuma compareceu para dirimir qualquer dúvida, e isso nos faz pensar que as empreiteiras concordam, aceitaram e estão de acordo com o referido Edital!

Portanto, a data marcada para a entrega dos documentos foi estabelecida para 27 de setembro do corrente ano, até às 9:00 horas.

Atender a convocação e falar publicamente a respeito do Edital conforme pretende o Deputado Airton Cordeiro, é contrariar sistematicamente a regra devidamente formalizada e aceita pelos possíveis licitantes. Desaconselhável, portanto, a participação, nesta fase de qualquer manifestação da SANEPAR, a fim de não abrir precedentes contrários ao edital.

Portanto, a data marcada para a entrega dos documentos foi estabelecida para 27 de setembro do corrente ano, até às 9 horas.

Atender a convocação e falar publicamente a respeito do edital, conforme pre-

tende o Senhor Deputado Airton Cordeiro, é contrariar sistematicamente a regra devidamente formalizada e aceita pelos possíveis licitantes, desaconselhável, portanto, a participação, nesta fase de qualquer manifestação da SANEPAR, a fim de não abrir precedentes contrários ao edital.

A obra de interesse é de vital importância para solucionar o problema de abastecimento d'água de Londrina, já vem se arrastando, há muitos anos, e, qualquer medida que venha atrasar a licitação, consequentemente atrasará a obra e só virá prejudicar a solução do abastecimento tão almejado e esperado pelo povo londrinense.

No que tange ao possível alijamento do processo licitatório de firmas paranaenses, não tem qualquer fundamento, pois, o próprio Edital no seu item 1.3 do Anexo 2, faculta a constituição de consórcios, somando o capital das firmas consorciadas, conforme dispõe o item 2.3 do anexo 3. Não bastasse isso, o Edital em questão permite a subcontratação que deverá apresentar além de outros documentos, um capital mínimo de 20% do valor dos serviços a serem contratados.

Os critérios adotados, Senhor Presidente e Senhores Deputados, para concorrência pública internacional 2/85 da SANEPAR, são critérios normais e usuais da empresa, principalmente no que refere-se a capital e bloco único ou em lotes. Para uma obra estimada em 4 milhões de UPC, 200 bilhões de cruzeiros, ao preço de setembro de 85, o capital de 50 bilhões, representa 25% do custo atual da obra. Poder-se-ia solicitar capital igual até o valor da adjudicação, o que não tem sido praticável.

A licitação em único bloco, além de gerar uma única empresa consórcio ou contratada, nos oferece fôlego técnico e financeiro quanto ao cumprimento do cronograma, bem como, administrativamente, elimina-se interferências físicas entre empreiteiros e responsabilidades, gerando à SANEPAR um custo administrativo menor. Cabe lembrar a responsabilidade da SANEPAR perante as comunidades de Londrina e Cambé, que há mais de quatro anos têm reprimida a oferta de seus serviços.

A limitação em três consórcios no máximo, sempre foi adotada pela SANEPAR, mesmo em outras administrações que o permitam. Entendemos rever critérios quando, buscando ofertar oportunidade a maior número de concorrentes, não ferir as condições mínimas estabelecidas pela SANEPAR para adjudicação dos serviços e a prática mais justa de remuneração.

Assim somos de parecer que o edital em questão é equânime em ofertar oportunidades com critérios ponderados e coerentes com a natureza em valor da obra, razão pela qual, não vemos o porque rever crité-

rios. O cancelamento do edital implica em custos maiores à SANEPAR, bem como, um atraso da obra.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Julgamos, desnecessário, expormos os critérios técnicos do edital de concorrência, porque eles estão em perfeita consonância com a norma de concorrência pública. Ademais, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o que Londrina deseja e exatamente ver solucionado o seu problema da água. Há muitos anos Londrina vive o problema da falta de água na sua cidade. Tentativas e mais tentativas foram feitas, recursos têm sido gastos para poder remendar o problema do abastecimento de água de Londrina, que hoje pretende-se solucionar com ânimos definitivos. Por isso, não havendo reclamação alguma das empresas de Londrina, que poderão participar do projeto como subempreiteiras de trabalho, não havendo reclamação oficial do Sindicato dos Empreiteiros; não havendo comparecido à SANEPAR nenhuma empreiteira para reclamar quanto à licitude do edital, nós achamos por bem de que nesta Casa de leis, para evitarmos o adiamento desta obra de vital importância para o município de Londrina, requerida e esperada por todos os londrinenses, nossa Bancada rejeita a convocação do diretor-presidente da SANEPAR para prestar esclarecimento, visto que está marcado para o dia 27, a abertura de concorrências para que se possibilite a construção imediata do que diz o edital de convocação: novecentos dias, e acreditamos que, com a injeção de recursos internos ou externos ou com o alto financiamento da empresa contratada, com capital de 50 milhões de cruzeiros, essa oferta poderá fazer com que essa execução tenha o seu tempo reduzido, a 350 dias.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Nilso Squarezzi) - No Horário reservado às Lideranças, consulto à Liderança do PDT, se deseja utilizar o seu horário. Estando ausente, consulto à Liderança do PDS, se pretende usar o seu horário.

Com a palavra, o Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Bancada do PDS, através de requerimento do Deputado Aírton Cordeiro, oferece ao PMDB a oportunidade de explicar as razões porque o Governo do Paraná não deseja que empresas deste Estado, usando o "Know How" próprio dos paranaenses, engenheiros deste Estado, empregados do Paraná, possa construir uma obra de vital importância no campo do saneamento básico.

O que se pretende é que o PMDB pratique aquilo que afirmava na campanha eleitoral de que iria produzir neste Estado um Governo transparente. E quando aparecem dúvidas, dúvidas que certamente não serão levantadas por empreiteiros porque receiam a perseguição dos poderosos de plantão do Palácio Iguaçu, o PMDB recusa-se a trazer o Senhor Fabiano Campelo para explicar a concorrência pública.

Grande diferença entre o PMDB do parlamento e o PMDB do Governo! Que, após dois anos e meio de administração, somente agora faz a concorrência pública de há muito prometida para o povo da Capital do Norte do Estado.

E não se pode aceitar a alegação de que o depoimento do Senhor Fabiano Campelo iria atrasar as obras, pois, que um depoimento desta natureza, com esclarecimento devido de todos os aspectos relacionados a esta obra, em nada prejudicará o procedimento licitatório efetuado pela SANEPAR, SANEPAR que aliás tem sido órgão "useiro e vezeiro", no Paraná, em mistificar números, em oferecer estatísticas furadas, para tentar engordar a opinião pública paranaense com relação ao Governo do Estado.

Aliás, o Governo José Richa tem se caracterizado como um Governo muito afeito aos empreiteiros, aos corretores e aos construtores de outros Estados. Veja-se, por exemplo, o episódio da construção da Usina de Salto Segredo pela Companhia Paranaense de Eletricidade. Verifique-se as obras rodoviárias em construção do Estado. E, sobretudo, relembre-se o episódio do escândalo dos dólares, onde o sócio intelectual do Governador José Richa foi buscar os seus amigos corretores falidos em São Paulo, para intermediar operações de crédito internacional, no valor superior a 70 milhões de dólares...

O Sr. Caíto Quintana- Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA- ... ocasionando um prejuízo aos cofres públicos estaduais, superior a 18 bilhões de cruzeiros, em termos cambiais de hoje.

Permito o aparte ao Deputado Caíto Quintana.

O Sr. Caíto Quintana- Deputado Luiz Alberto a questão da não concordância na convocação do Senhor Fabiano Campelo, não tem nada a ver com o compromisso de campanha ou não do PMDB. Aliás esta Casa e a nossa Bancada tem mostrado, no curso do tempo, que sempre que se solicitou a presença de alguém do Governo, com real fundamento e razão para esta Casa, nunca nós negamos. Simplesmente achamos de que neste episódio os editais foram perfeitos, os prazos de-

correram e não houve por parte de ninguém, oficialmente, solicitação de informações à SANEPAR. Há um atraso evidente. Londrina está há muito tempo aguardando o seu problema de água. A comunidade de Londrina, as suas representações, as próprias empresas de Londrina, acham que deve se acelerar o máximo possível a construção desta obra.

De outra forma, nobre Deputado, não se está negando a empresas paranaenses participarem da licitação. Até porque, se permite, um consórcio de empresas para poder chegar ao valor da concorrência. O que não se pode é executar uma obra calculada em 200 milhões de cruzeiros sem exigir garantia das empresas que venham a fazê-la; porque estaríamos arriscando o andamento e a concepção desta obra.

Estas razões de fato é que levam a SANEPAR a ter um cuidado na contratação, mas não impedem a entrada de empresas paranaenses consorciadas. Como também não impedem que as empresas paranaenses, por sublocação de serviço, possam executar o trabalho.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Não quero afirmar que o diligente Líder Governista...

O Sr. Caíto Quintana- Muito obrigado.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA - ... não acredita no empresário paranaense. Não posso crer, Senhor Presidente, Senhores Parlamentares, que o Governo do Estado, que tem o direito e, sobretudo, o dever de estimular o empresariado de nossa terra, queira transformar empresários paranaenses em sublocadores de empresários potentes de São Paulo...

O Sr. Caíto Quintana- Consórcio.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - ... ou de outras Regiões do País que, certamente, recebem autoridades paranaenses para recepções e banquetes na cidade de São Paulo.

O Sr. Caíto Quintana- Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Deputado, é ilação de Vossa Excelência.

Ora, nós estamos agora tratando de um assunto sério e Vossa Excelência coloca em cima recepções, banquetes e festividades. Não têm nada a ver com isso. Depois, sublocação de serviços não tem nada a ver com consórcio de empresas. As empresas paranaenses podem perfeitamente formar um consórcio e habilitar-se na concorrência.

O que importa mesmo, é que a cidade de Londrina e Cambé tem o seu problema defi-

nitivamente solucionado. O Governo do Estado gastou em 83 e 84, dois bilhões de cruzeiros na tentativa de suprir a necessidade. E em 1985 gastou um bilhão de cruzeiros. Todo esse dinheiro desnecessário, no instante que os tiver concluído definitivamente o problema de água de Londrina e de Cambé.

A preocupação é a agilização e a garantia de uma obra dessa envergadura que seja, na verdade, tocada. Mas, está aberta a possibilidade de consórcio, nobre Deputado, e isso não é sublocação de serviço.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - O Governador José Richa que anda imitando muito o Governador Franco Montoro em programa de televisão onde usava o gabinete do Governador do Estado para fazer propaganda eleitoral do seu candidato a Prefeito de Curitiba, afirmava que o sistema de saneamento do Paraná é um sistema modelar.

E trocando o nome, e trocando data, porque Sua Excelência tem trocado nomes até de seus auxiliares. O Governador José Richa afirmava que o Senhor Fabiano Campos era uma grande autoridade em saneamento básico.

Por que? Porque havia sido escolhido o Presidente da Associação Brasileira das Companhias de Saneamento do País.

Pois bem, o Governador diz que a SANEPAR tem competência. E Sua Excelência vem dizer que não poderia entregar a obra para uma empresa paranaense porque não teria condições de segurança.

Ora, Deputado, Vossa Excelência esquece a tradição de empresários paranaenses. Não é possível.

Vossa Excelência acabou de afirmar que a SANEPAR precisava ter segurança para executar a obra.

Certamente, se empresas paranaenses se coligarem, por exemplo, com uma empresa tipo Lemã, falida, quebrada, ou do Abi-Ackel, está certo, tem Vossa Excelência, razão, pode ser do Abi-Ackel e deve a justiça e deve a Nova República colocar na cadeia e não fazer como Vossas Excelências estão colocando nos cargos federais do Paraná pessoas processadas por fraudarem o INAMPS.

O Sr. Airton Cordeiro- Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Em primeiro lugar, devo considerar extremamente oportuno o pronunciamento de Vossa Excelência a respeito da construção do sistema de abastecimento de água de Londrina e Cambé.

Ficou também satisfeito porque hoje o Líder do Governo está se dignando a mencionar da tribuna desta Casa esta questão extremamente delicada.

Mas, ao apartear Vossa Excelência, De-

putado Luiz Alberto Oliveira, quero lembrar que em 1982, quando o Governo passado pretendeu construir o sistema de abastecimento de água de Londrina, em cima do projeto Tibagi, todas as Lideranças do PMDB de Londrina, publicamente condenaram o projeto.

Em primeiro lugar, porque era um projeto faraônico, no dizer dos peemedebistas, tendo a frente o atual Prefeito de Londrina.

Em segundo lugar, porque a água do Rio Tibagi, estava extraordinariamente poluída e não serviria para a população de Londrina e de Cambé.

Hoje os peemedebistas que se encastelaram no Poder, são defensores ardorosos do Projeto Tibagi, mas com uma peculiaridade, aliás muito comum de um Governo que se instalou para transformar e para mudar, e que não transformou e nem mudou absolutamente nada, nem os princípios morais de administrar, aliás Deputado Luiz Alberto, eu quero lembrar aqui o seguinte, não faz muitos dias, houve uma denúncia feita por um Vereador de Londrina, que dissera publicamente, ter participado de uma reunião com o Prefeito de Londrina, que solicitara aos Vereadores para que silenciassem.

Essa concorrência que Vossa Excelência menciona no seu pronunciamento, está segundo o Prefeito Wilson Moreira, de Londrina, com as cartas marcadas. É uma concorrência para uma empresa de São Paulo, aliás o Jornal "Indústria e Comércio", chegou a nominar essa empresa, Camargo Correia e somente hoje, é que os ilustres peemedebistas estão levantando este assunto na Assembléia Legislativa.

Ora, meus Senhores, se nós defendemos... (Soam os tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- A Mesa informa a Vossa Excelência que o tempo de Vossa Excelência esgotou-se exatamente há trinta e cinco segundos. Concede um minuto para conclusão do pronunciamento de Vossa Excelência.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Concedo trinta segundos para o Deputado Ailton Cordeiro.

O Sr. Ailton Cordeiro- Agradeço a Vossa Excelência, mas queremos agora é que o Presidente da SANEPAR venha a esta Casa e explique o edital de concorrência.

Defender as empresas paranaenses, significa defender os trabalhadores paranaenses, que aqui tem o seu mercado de trabalho. (Vozes sobrepostas).

Senhor Presidente, democracia significa também respeito. Democracia não se confunde com anarquia, Senhor Presidente.

Então nós queremos ouvir realmente o Senhor Presidente da SANEPAR. Queremos que ele nos diga porque o dirigismo do edital de concorrência. Será que nós não temos tecnologia aqui no Paraná? Não temos "know-how" no Paraná? Claro que temos.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Isto o Paraná quer saber, Deputado Ailton Cordeiro e isto o Governo, que se diz honesto, tem a obrigação pela transparência e pela honorabilidade dos seus administradores, em trazer ao conhecimento do Paraná e do Brasil.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Nilso Sguarezi)- A Mesa consulta à Liderança do Partido da Frente Liberal se pretende usar o seu horário.

Com a palavra o Senhor Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não poderia ficar omissa, depois do pronunciamento que todo o Paraná teve oportunidade de ouvir ontem, no horário gratuito concedido pelo Tribunal Eleitoral, em que falou o nosso eminente Ministro Affonso Alves de Camargo. O Ministro Affonso Alves de Camargo demonstrou, mais uma vez, a sua seriedade, a sua capacidade e a sua franqueza num reconhecimento, embora tenha uma posição contrária, mas, num reconhecimento da capacidade, das condições administrativas do candidato da FRENTE LIBERAL e do PDT, Jaime Lerner.

Em sua análise ontem, fez as suas considerações, reconhecendo a capacidade de Jaime Lerner. Mas, não poderíamos também discordar de uma argumentação por ele feita, dizendo que, embora reconhecesse a capacidade e as condições administrativas de Jaime Lerner, era preciso que o Paraná olhasse bem que o Presidente é do PMDB, o Governador do Estado é do PMDB, e, para que o Estado, para que o Município de Curitiba tenha condições de angariar os recursos que precisa, é preciso que tenha um Prefeito do PMDB.

Mas, nós assistimos também na propaganda eleitoral que "voltar ao passado, nunca", é parece que nosso eminente Ministro quer voltar ao passado, voltar ao passado porque é a mesma linguagem de que é preciso estar em consonância: o Governo Federal, o Governo Estadual e o Prefeito.

Se não pertencer à mesma corrente, então não pode um administrador conceituado, um administrador que já provou a sua capacidade no Paraná, já provou a sua capacidade fora do Estado do Paraná, e que tem o nome fora do País. E já foi chamado nas



principais Capitais do País, para emprestar o seu conhecimento, para aplicar a sua técnica administrativa, os seus conhecimentos no aprimoramento em vários setores das Capitais brasileiras.

Por isso, Curitiba não vai mais testar, mas, Curitiba, pelas pesquisas já realizadas até hoje, o povo de Curitiba já definiu, quer a certeza, quer uma administração séria, quer que voltem ao trabalho sério prestado por Jaime Lerner, nos seus dois mandatos frente à Prefeitura de Curitiba.

Jaime Lerner que diz na sua campanha eleitoral, nas palestras que faz em Curitiba, "que a cidade é a sua profissão e Curitiba é a sua vida".

E nós que temos o nosso domicílio eleitoral no Interior do Estado, pensamos, inicialmente, que, talvez, deveríamos ficar alheios, porque o nosso domicílio é no Interior do Estado, como a maioria da nossa bancada estadual. Mas, nós temos uma obrigação; uma obrigação para com a Capital de nosso Estado, e aqui nós estamos residindo, queremos o bem de Curitiba. E, por isso, estamos vinculados a esta campanha, e vamos lutar para que Curitiba possa continuar tendo o privilégio de ter o grande administrador que já teve e que possa o povo curitibano receber não só a certeza pelo passado, pelo que já fez, mas a certeza de que poderá fazer em benefício desta Capital de nosso Estado, e todo o Paraná está de olhos voltados pelo trabalho e pelos destinos de Curitiba.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado- Vossa Excelência me concede um aparte? (Assentimento).

É apenas para repor algumas verdades que precisam ser ditas e registradas neste Parlamento.

Primeiro que o Ministro dos Transportes, Senhor Affonso Alves de Camargo, não apenas deseja o retorno ao passado, o que ele deseja é apenas a unificação de uma administração que se inicia neste País, tentando fazer com que uma juventude que durante vinte e um anos, cresceu no silêncio da ditadura, no amedrontamento da ditadura, das proibições, do cerceamento das liberdades, inclusive estudantis, não retorne este passado triste e negro para a história do Brasil.

Ele deseja hoje em dia, que o PMDB, na realidade, tenha mais tempo para firmar os seus postulados, os seus princípios e a sua norma administrativa. Para isso é mais do que importante a união da Prefeitura com o Governo do Estado, da Prefeitura e do Governo do Estado com a Presidência da República e seus Ministros.

E ele como Ministro, fala por amor a Curitiba. Um amor que pulsa o sangue ver-

melho dos que amam realmente esta terra, não com o amor daqueles que pulsam com o coração biônico. Biônico como foi por oito anos o Prefeito biônico de Curitiba. Por conseguinte, gostaria de complementando a minha intervenção, dizer que Curitiba hoje tem uma administração que dialoga com o povo, uma administração que ascolta os interesses do povo. Assim é que o grande Prefeito Maurício Fruet vem imprimindo a sua administração exatamente o toque do popular. O toque da transparência, que durante o mando e os desmandos de um homem que tem medo do diálogo, que não frequenta os canais de televisão para os debates, para que o povo possa auferir realmente, as verdades ou as mentiras da sua administração. O Prefeito Maurício Fruet hoje em dia, imprime uma administração humana, coerente, abraçada com o povo. É a melhor, porque ouve o povo, e o povo no Governo do PMDB, ilustre Deputado, é quem na realidade decide. Antes quem decidia eram os militares, era a força, era a prepotência. Hoje, quem decide, é o PMDB abraçado com o povo.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Nobre Deputado, ninguém quer voltar ao passado. O que nós tínhamos antes, eu sempre disse e continuo dizendo, eram dois agrupamentos, e que não se fixava como partido, era o a favor e o contra, e que não tinha opção, como Vossa Excelência no PMDB, estava no MDB e eu na ARENA, e que depois veio a suceder o PDS. Não tínhamos outra opção, porque nos impedia a formação de novos partidos, de ter uma posição ideológica. Só tinha uma posição ou outra.

Mas tudo isso passou e agora chegou o momento dos partidos se fixarem como partidos, de ser o elo, a ponte de ligação entre o povo e o Governo. E por isso é preciso a valorização dos partidos políticos. Vossa Excelência falou no biônico. Jaime Lerner, como Affonso Alves de Camargo não têm culpa de serem biônicos. É o sistema em que fez a indicação. E Affonso Alves de Camargo hoje como Ministro vem demonstrando a sua capacidade administrativa, como a sua grande capacidade como político, de bastidor, porque não disputou uma eleição. E Jaime Lerner vai provar e administrativamente já provou a sua capacidade em duas administrações. E vai provar agora, perante a opinião pública, de que é povo, de que tem o voto do povo, o apoio do povo.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado- Só um reparo. O Senador Affonso Alves de Camargo disputou eleição. Foi Vice-Governador do Estado, e candidato a Senador, derrotado junto com Nelson Maculan...



O SR. GILBERTO CARVALHO - Nomeado também Vice-Governador. Não disputou, nobre Deputado. Mas quanto a Maurício Fruet, nobre Deputado, merece nosso respeito, foi nosso colega nesta Casa e é nosso amigo. Não está em discussão a posição de Maurício Fruet, mas a posição e o futuro de Curitiba, que nós esperamos poder contribuir para que Curitiba continue sendo a Capital admirada por todos os brasileiros. Em todos os lugares, as Capitais que percorremos, ao chegarmos e dizermos que somos de Curitiba, sempre precede de um elogio, a esta grande Capital do nosso Estado do Paraná.

O Sr. Augusto Carneiro - Concede-me aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, eu peço o aparte apenas para fazer rápidas colocações ao pronunciamento que Vossa Excelência fez, tentando mostrar com clareza de que nós políticos, e principalmente Vossa Excelência como Líder de uma Bancada, tem acompanhado o Programa atentamente e ativamente, o Programa do TRE, esse programa gratuito, e que tem analisado a palavra de todos.

Tenho muito respeito e muita consideração pelo Senador Affonso Alves de Camargo e, não condeno ele ser Senador Biônico, como alguns condenam, porque o regime era esse, a Lei era essa, e ninguém podia fugir.

Contudo, ele disputou outras eleições, mas entrou de uma forma como muitos entraram, e isso não tem nenhum demérito na condução do trabalho de cada um, seja ele, se a lei permite que seja biônico, seja o trabalho biônico ou não. Faz parte de um passado condenado por quase todos nós, que, felizmente hoje queremos viver um novo tempo. E é neste novo tempo que nós pretendemos viver, é que nós analisamos também, a palavra do Senador, e discordamos em um ponto, quando ele tentou vincular de que só um Prefeito do mesmo partido político, do Governador do Estado, e do Presidente da República, que poderia ter melhor condição de trabalho, quer dizer, isso volta ao tempo de exceção, ao regime duro, que nós não queremos. Se queremos agora, uma democracia aberta, participativa, que é tão apregoadada por todos, não importa o partido político que o administrador esteja, desde que o Prefeito reivindique junto ao Governo medidas administrativas que sejam comprovadamente justas, há necessidade que seja atendido por parte do Governo. E da mesma forma, este comportamento terá que ter o Governo Federal.

Além do mais, gostaria de registrar também, de que um Partido que forma a Aliança Democrática, que dá sustentação ao Governo Federal principalmente apoia o

candidato Jaime Lerner, de que é o candidato de um Partido, mas tem o apoio dentro de uma coligação, e dentro desta coligação ele é uma peça também desta coligação que a nível nacional, digo eu, por isso, eu vejo de que o Presidente da República, se quiser bem este Estado e este Município, seja o Prefeito do Partido que for, em questões administrativas há necessidades de que o Presidente da República possa atender o Prefeito que for escolhido pelo povo de Curitiba.

Este é um ponto importante, e que deve ser defendido com muita firmeza, por todos nós, seja do Partido que for o representante administrativo de qualquer Município, há necessidade que em questão administrativa, ele tenha cobertura do Governo do Paraná, se o Governo pretende ser honesto e justo, e também tenha a cobertura do Governo Federal, se tiver a mesma pretensão.

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Agradeço, nobre Deputado, e tenho a certeza que, tanto o Governo do Estado como o Presidente da República terá o bom senso enquanto não vem esta Reforma Tributária, que todos esperam, e dar o atendimento àquele que for escolhido pelo povo, e especialmente no Paraná, aqui em Curitiba, aquele que for escolhido pelo povo de Curitiba haverá de ter o apoio tanto do Governo do Estado quanto do Governo Federal.

Esperamos que num tempo bem curto, todos nós possamos ver a Reforma Tributária para que cada município tenha a sua independência.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está encerrada a hora do Expediente.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA,  
com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Péricles Pacheco, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Hermas Brandão, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Homero Oguido, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente. Necessita

de apoio. — Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 244/84, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO CONJUNTO RESIDENCIAL SANTA PAULA, com sede e foro na Cidade de Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Solicito verificação de votação.

O SR. PAULO FURIATTI — Solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (Aníbal Khury) A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos Srs. Deputados. (É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados). 38 Srs. Deputados responderam a chamada. Há "quorum" para deliberação.

A Presidência irá proceder a verificação de votação atendendo solicitação do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira.

(É procedida a verificação de votação).

29 Srs. Deputados aprovam o projeto. Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) Solicito que Vossa Excelência determine nova reportagem, pois que, não há 29 Srs. Deputados, Vossa Excelência pode ver isso pela experiência parlamentar que Vossa Excelência detém.

O SR. PRESIDENTE — (Aníbal Khury) A Mesa solicita aos Srs. Deputados, que permaneçam em seus lugares, e que, as pessoas estranhas ao plenário, retirem-se dele.

Vai ser procedida a verificação de votação.

A Mesa acusa a presença de 29 Srs. Deputados; 29 Srs. Deputados aprovam, nem 1 rejeita; está aprovado o projeto.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 275/84, de autoria do Deputado WILSON FORTES, que declara de Utilidade Pública a GUARDA MIRIM DE SÃO PEDRO DO PARANÁ, com sede e foro no Município de São Pedro do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 05/85, de autoria do Deputado EDMAR LUIZ COSTA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO ANTÔNIO E MARCOS CAVANIS, com sede e foro no Município de Castro. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 28/85, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO EDUCACIONAL OFICINA — ASSEDOF, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 41/85, de autoria do

Deputado FIORI LUIZ, que denomina ALVARO GODOY a estrada que liga o Distrito de São Luiz, no Município de Londrina, à PR - 445 (Rodovia Celso Garcia Cid). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente, solicitando a retirada pelo prazo de 1 (uma) sessão, da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n. 41/85, de sua própria autoria, que denomina Álvaro Godoy e estrada que liga o Distrito de São Luiz à PR - 445. — Aprovado. Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei n. 41/85 por uma sessão.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 47/85, de autoria do Deputado NELSON BUFFARA, que declara de utilidade pública a "CRECHE RECANTO PAULO VI", com sede e foro no município de Guaratuba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 52/85, de autoria do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE MORADORES DA VILA PINTO", com sede e foro na cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 65/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 93/85), que objetiva autorizar o Poder Executivo doar à Fundação Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, a área de terreno com 1.134.22m<sup>2</sup>, denominada "Reserva H", localizada na cidade de Cascavel, objeto da Transcrição sob n. 33.210, do Livro 3-BC, do 1.º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 67/85, de autoria do Deputado ANTÔNIO ANNIBELLI, que dá nova redação ao artigo 3.º da Lei n. 7.231, de 24.10.78, que proíbe a transferência à terceiros da área que especifica, podendo o Município de Rio Azul doar a SANEPAR, 800m<sup>2</sup> (novecentos metros quadrados). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO — Do Projeto de Lei n. 72/85, de autoria do Deputado ADRIAL SPRENGER PASSOS, que mantém inalteradas as taxas do Departamento de Trânsito (DETRAN), previstas na Lei n. 7811, de 29.12.83, com alterações sob o nº da Lei n. 8067, de 28/12/84, vigentes em 30/04/85, por um período de 60 (sessenta) dias, a contar daquela data. Com EMENDA DE PLENÁRIO E PARECER DA C.C.J., considerando-a em condições de ser apreciada pelo Plenário, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. COM SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando o adiamento da discussão e votação por 3 (três) sessões, do Projeto de Lei n. 72/85, constante da Ordem do Dia de Hoje. — Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — (Pela Ordem) Solicita que Vossa Excelência informe, que projeto a Mesa está anunciando, Senhor Presidente?

O SR. PRESIDENTE — (Aníbal Khury) — O Projeto de Lei n. 72/85, de autoria do Senhor Deputado Adrial Sprenger Passos, "que mantém inalteradas as taxas do Departamento do Trânsito".

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Esse projeto  
Vossa Excelência pode informar se está em regime  
de urgência?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em regime  
de urgência.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está em votação  
o requerimento que pede a retirada por três sessões.  
Aprovado.

Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de  
Lei n. 72/85 por 3 (três) sessões.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 82/85, de autoria  
do Deputado EDGARD PIMENTEL, que declara de  
utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE AMPARO À  
MATERNIDADE E À INFÂNCIA AMÉLIA BOUDIET",  
com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL  
da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 86/85, de autoria  
do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de utilidade  
pública a "CASA DE OXALÁ", com sede e foro, no  
Município de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL  
da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 87/85, de autoria  
do Deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade  
pública estadual a "ASSOCIAÇÃO CURITIBANA DE  
PROTEÇÃO A MATERNIDADE E À INFÂNCIA",  
com sede e foro na Cidade de Curitiba. Com PARECER  
FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 89/85, de autoria  
do Deputado RUBENS BUENO, que declara de utilidade  
pública estadual a "ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO  
A MATERNIDADE E À INFÂNCIA DE NOVA CANTU",  
com sede no Município de Nova Cantu e foro na Comarca  
de Ubatuba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por  
unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 91/85, de autoria  
do Deputado ROBERTO REQUIÃO, que regulamenta a  
requisição, compra de passagens aéreas, pagamento de fretes  
aéreos, domésticos e internacionais efetuados pelo Poder  
Público Estadual, e dá outras providências. Com PARECER  
FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) - Solicito  
verificação de votação.

O SR. PAULO FURIATTI (Pela Ordem) - Requeiro a  
chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa defere e  
solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda a chamada  
nominal dos Senhores Deputados.  
(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PAULO FURIATTI (Pela Ordem) - Requeiro à  
Mesa certidão dos Senhores Deputados presentes  
e ausentes no exato momento da sessão de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vossa Excelência  
terá a certidão.

O SR. 1.º SECRETÁRIO (Amélia Hruschka) - 36 Senhores  
Deputados responderam a chamada.

A Presidência irá proceder a verificação de votação  
atendendo solicitação do Senhor Deputado Luiz Alberto  
Oliveira.

(É procedida a verificação de votação).

30 Senhores Deputados aprovam; nenhum Senhor  
Deputado rejeita. Está aprovado o projeto.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 103/85, de autoria  
do Deputado EDGARD PIMENTEL, que denomina "ESCOLA  
ESTADUAL TEOFÂNIO AGAPITO MALTEZZO", o  
estabelecimento de ensino de 1.º Grau da Cidade de  
Cafelândia, conforme especifica. Com PARECER FAVORÁVEL  
da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 105/85, de autoria  
do Deputado RUBENS BUENO, que denomina de "JOÃO  
TAVARES DA SILVA", a estrada que liga Warta - Bela Vista  
do Paraíso - Primeiro de Maio. (PR-445), conforme  
especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.,  
por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 106/85, de autoria  
do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de utilidade  
pública a "ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA  
SECRETARIA DE ESTADO DA AGRICULTURA -  
AFSEAC/PR.", com sede e foro na cidade de Curitiba.  
Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.  
Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 107/85, de autoria  
do Deputado NELSON GUIMARÃES VASCONCELLOS,  
que autoriza o Poder Executivo doar o imóvel constituído  
pela Data n. 11, Quadra 11, Zona 02, com área de 523,80m<sup>2</sup>,  
localizado na cidade de Umuarama, à Prefeitura Municipal  
de Umuarama, conforme especifica. Com PARECER  
FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 108/85, de autoria  
do Senhor Deputado HERMAS BRANDÃO, que autoriza  
o Poder Executivo a permutar área de terras de propriedade  
do Estado, localizado na cidade de Andaraí, conforme  
especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.,  
por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 113/85, de autoria  
do Deputado HERMAS BRANDÃO, que denomina de  
"DEPUTADO BENEDITO LÚCIO MACHADO",  
a Rodovia PR-424 que liga o Município de Itararé ao  
Município de Siqueira Campos. Com PARECER FAVORÁVEL  
da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 116/85, de autoria  
do Deputado ERVIN BONKOSKI, que autoriza o  
Poder Executivo a doar área de terra de propriedade do  
Estado, ao Município de Pien, conforme especifica.  
Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade.  
Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 58/85,  
de autoria do Senhor Deputado OSVALDO ALENCAR  
FURTADO, que cria a "ASSESSORIA CULTURAL DA  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ",  
conforme especifica. SEM PARECER. EM REGIME DE  
URGÊNCIA. Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) - Senhor

Presidente, solicito que Vossa Excelência determine à Primeira Secretaria a leitura do completo teor do Projeto de Resolução n. 58/85, e indago se a Comissão Executiva da Assembléia Legislativa foi ouvida a respeito do projeto interno.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa vai solicitar à Primeira Secretaria que proceda a leitura do Projeto de Resolução n. 58/85.

A mesa ainda informa ao Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira que o projeto entrou em regime de urgência e nenhuma das Comissões apreciou o projeto, nem mesmo a Comissão Executiva. O projeto figurou em pauta por três sessões de acordo com o Regimento Interno e vai ser lido pela Senhora 1.ª Secretária.

(É lido o projeto sobre a criação de ASSESSORIA CULTURAL).

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra, pela ordem.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Como se trata de matéria afeita à Comissão Executiva desta Assembléia Legislativa e como o que pretende o Deputado Alencar Furtado, contraria frontalmente o que já foi aprovado por este Plenário, e inclusive com a proibição de contratação de pessoal pela CLT, e de vez que esta Assembléia já dispõe dos órgãos necessários para a cobertura dos trabalhos culturais, intelectuais deste Poder, e como a Assembléia Legislativa se trata de um Poder, tem o seu Regimento Interno, possui mais de 16 Comissões Técnicas especializadas, tendo em vista estas preliminares, solicito a Vossa Excelência verbalmente, requeiro a Vossa Excelência para que o projeto de lei dela seja encaminhado para Parecer prévio da Comissão Executiva. Pois que o próprio Regimento Interno determina que a Comissão Executiva seja ouvida a respeito da organização dos trabalhos deste Poder.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO (Pela Ordem).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra, pela ordem.

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este projeto esteve tramitando normalmente neste Poder, esteve durante razoável prazo em mãos da Comissão Executiva desta Casa, e por motivos desconhecidos por este Deputado, não ofereceu a ele o seu Parecer; tendo em vista que as comissões todas que temos são compostas por Deputados, assessoradas por um secretário apenas; tendo em vista que este projeto visa agasalhar diversas áreas da cultura, que não apenas dá um apoio ou assistência cultural, mas ela visa e diz no seu texto:

A diversificação das diversas áreas da cultura como, por exemplo, a pintura, as artes dramáticas, as cênicas e as artísticas em geral.

Como foi para a pauta do Regimento Interno por 3 sessões consecutivas dias 3, 4 e 5, e que nenhum Deputado deste poder, a não ser os que subscreveram junto a este Deputado este projeto de resolução, não se dignou dentro dos prazos hábeis a colocar, ou opor qualquer tipo de argumentação constitucional regimental.

Solicito a Vossa Excelência, Senhor Presidente, desde que ele cumpriu todos os trâmites do Regimento Interno, que ele seja posto em votação para que esta Casa possa também amanhã ou depois apoiar, apurar e amparar os artistas paranaenses nem sempre vistos com bons olhos por aqueles que entendem mais de fuzis, das metralhadoras e dos revólveres que são mais fortes do que a cultura, do que a arte.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Senhor Presidente, consulto à Mesa se foi atendido o dispositivo do artigo n. 62 do Regimento Interno, porque o projeto se foi na realidade às Comissões e não recebeu Parecer dentro de 30 dias, ele pode ser incluído na Ordem do Dia.

Agora, eu gostaria de saber da Mesa se ele foi encaminhado às Comissões.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Ele foi encaminhado à Comissão Executiva no dia 3/06/85.

O Projeto teve dois requerimentos de autoria do Deputado Osvaldo Alencar Furtado de urgência. Após concedida a urgência, o projeto ficou em pauta em 4 e 5/09/85.

A Mesa vai submeter à votação, o requerimento de autoria do Deputado Luiz Alberto.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, Vossa Excelência vai colocar em votação o requerimento verbal que apresentei?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sim. Os Senhores Deputados que aprovam o requerimento de autoria do Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente que solicita a retirada do Projeto n. 58/85, projeto de resolução e enviado à Comissão Executiva para se pronunciar sobre o mesmo, queiram conservar-se como estão.

Rejeitado o requerimento.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Posso entender a preocupação do Deputado Osvaldo Alencar no sentido de assessorar melhor este Poder nas atividades culturais. —

Entretanto, devo solicitar dos Senhores Parlamentares a atenção para o que prevê este projeto de lei.

Nós que temos na Assembléia Legislativa o Regimento Interno que é a lei que regulamenta as atividades parlamentares. No Regimento Interno nós temos as Comissões Técnicas especializadas. Qualquer projeto de lei que objetive assessorar melhor os trabalhos deste poder, devem em primeiro lugar de acordo com a boa técnica legislativa, com respeito à lei e as Constituições deve ser encaminhado através de uma Comissão Técnica especializada.

Aliás, na Legislação atual assim procedemos, com relação por exemplo à Comissão de Direitos Humanos, projeto de lei, se não me falha a memória, apresentado pelo Líder do Governo nesta Casa e que recebeu apelo unânime dos Parlamentares da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Senhores, estamos vivendo num Poder, num Poder que tem leis, que tem regulamentos, que tem uma dinâmica do processo legislativo que não deve ser desconhecida por nenhum Parlamentar, sob pena de transformarmos esta Assembléia num palco de feitura e de aprovação

de leis que contrariam o próprio espírito das outras leis já aprovadas e já adotadas nesta Casa.

É preciso, Senhores Parlamentares, que haja seriedade no processo de votação no processo de apreciação dos projetos de lei desta Assembléia Legislativa.

Se entendo a preocupação do nobre Deputado Alencar Furtado, no sentido de melhor assessorar esta Casa, não posso compreender como um Poder venha criar por lei, por projeto de resolução, contrariando o Regimento Interno da Assembléia Legislativa, contrariando a boa técnica legislativa, contrariando a Constituição, que nós criemos aqui uma Assessoria Cultural.

Que tal. Senhores Parlamentares, se amanhã criássemos uma Assessoria Desportiva, uma Assessoria Social, será Senhor Presidente, será Senhores Parlamentares, que nós devemos votar um projeto de lei desta natureza, quando nós sabemos que votamos ainda recentemente um projeto de lei, de autoria da Comissão Executiva, que proíbe terminantemente a contratação sob o Regime CLT, de quaisquer funcionários para este Poder, transformando os cargos celetistas dos gabinetes, em cargos em comissão, sob alegação da própria Comissão Executiva, de que desta forma seriam reduzidos, os gastos com as despesas resultantes da Consolidação das Leis do Trabalho.

E será, Senhor Presidente e Senhores Parlamentares, que cultura nós vamos conseguir estabelecer neste Poder, através do oficialismo? Desde quando? Em que época? Em que história? Em que parte do mundo? A cultura conseguiu melhorar ou sobreviver através de órgãos oficiais, nem se voltássemos aos tempos dos mecenas, nós conseguiríamos fazer com que a cultura paranaense ou a cultura deste Poder melhorasse em razão de um projeto de lei, que não consultou a Comissão Executiva, que é ilegal porque contraria expressamente dispositivos legais.

E porque na verdade, este Poder não pode, à semelhança de um clube social ou de um clube futebolístico, criar assessoria para assuntos "a", "b" ou "c".

Este é um apelo que faço, com todo respeito ao autor do Projeto, e à consciência dos Parlamentares, para que saibam que este deve ser um trabalho sério.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, solicito a votação contrária ao projeto de lei.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador.)

O SR. OSVALDO ALENCAR FURTADO (Para Encaminhar)

Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Confundir pena com bola é confundir força física apenas e dissociar o que os antigos romanos já diziam ser necessário: a integração da mente e do corpo.

Esta assessoria cultural não visa apenas cuidar ou substituir algumas das Comissões que detêm este poder. O que ela visa, é o aprimoramento do trabalho dos Deputados e deste Poder.

Sabemos que poderemos até ser doutores em política, mas a grande maioria, inclusive este Deputado, não é doutor em cultura.

Muitas são as assessorias aqui criadas; muitos são os contratos feitos nesta Assembléia. E a história do Brasil e do Paraná, está envelhecida até por aqueles afilhados e apaniguados de tantos poderes passados, que não tinham outro mérito a não ser o de ser um afilhado político.

Amparado na Constituição do Estado, no seu artigo 16, que assegura que "Compete à Assembléia Legislativa dispor, em Regimento Interno, acerca da sua organização", é que elaboramos este projeto. Até visando ser este Poder um escoadouro das crises culturais que, porventura, possam ocorrer no Estado.

Além de agasalhar a classe artística deste Estado, ele visa também ser uma Casa que acolherá, tanto é que estes cargos não são efetivos, podendo ser, por resolução das bancadas, substituídas as pessoas que, porventura forem escolhidas. Ele não institui concurso público, porque seria impossível aferir a cultura de um cidadão, através de um concurso público.

Mas ele será, através do trabalho que os candidatos apresentem a este Casa, não discriminando partidos, ultra-partidariamente, esta Casa acolherá exatamente as dez pessoas que poderiam integrar esta Assessoria Cultural.

Ficará a critério do bom-senso e do conhecimento e da oportunidade que, porventura, possam achar os Deputados deste Poder, de contratar os 10 ou não, de substituir os 10 ou não. Este projeto dá uma amplitude total aos Deputados, para que eles realmente sejam os soberanos Senhores das decisões de escuta destes postulantes.

Este projeto visa aprimorar e nos dar mais um canal de informações, de apoio e de estímulo para que nenhum segmento social possa ter um trabalho mal encaminhado por estes Deputados.

Gostaria de fazer um apelo a todos os Deputados de todas as bancadas, para que essa Casa que já criou lideranças e vice-lideranças para vice-líderes; essa Casa que já contratou como quis e assim entendeu, até mesmo sem qualquer tipo de projeto. Por decisão soberana da Mesa Executiva, por decisão soberana deste Plenário, eu solicito a todos o apoio a este projeto. Porque além de darmos agasalho a uma categoria que nunca foi agasalhada. E são recentes os fatos que nos levaram, inclusive, a apresentar este projeto. Espelhados inclusive também, na Assembléia Legislativa do glorioso Estado do Rio Grande do Sul, que já conta com também uma assessoria cultural. E no episódio da Fundação Teatro Guaíra nós vimos o quanto está desamparada a classe artística paranaense.

Este projeto foi discutido com a classe artística; levei a eles cópias deste projeto; recebi sugestões, e apresentei, acreditando que este Plenário tem a consciência e a sabedoria necessária para aprová-lo, dando guarida a todos os segmentos sociais.

E complementando, Senhor Presidente, Senhores Deputados essa assessoria é abrangente em todos os campos do conhecimento humano. Acredito que a versatilidade dos homens de cultura tem condições e competência para se estender além da sua especialidade. E muita competência em outras especialidades que se aproximam das suas.

Deixo, portanto, o meu apelo pela aprovação deste projeto, que não trará prejuízo à sociedade, não trará maiores despesas para o Estado, porque nós já possuímos o nosso próprio orçamento. E esta Casa sairá engrandecida e respeitada por aqueles que nunca tiveram agasalho neste Poder.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem a palavra encaminhar, o Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Deputado Osvaldo Alencar Furtado, tem pautado a sua atuação nesta Casa, em todos os momentos que há crise envolvendo o setor cultural. Pela defesa intransigente de maior liberdade para todos os órgãos da cultura do Estado do Paraná.

Posicionou-se de forma firme e de maneira veemente quanto à substituição do Superintendente do Teatro

Guaira, quando aqueles funcionários apelavam para que fosse mantida uma estrutura que vinha dando certo naquele teatro.

Tenho pelo Deputado Osvaldo Alencar Furtado o maior respeito.

Mas, Senhor Presidente, Senhores Deputados, em 1985 o Paraná vai gastar com a folha de pagamento, 80 por cento do ICM. Vai gastar com custeio da máquina administrativa mais 10 por cento, sobrando somente 10 por cento para investimentos. O Estado do Rio Grande do Sul está praticamente falido, porque a folha de pagamento supera o ICM.

A legislação do nosso Estado e de todos os Estados brasileiros impedem a movimentação do quadro administrativo. Quando temos por acaso, no momento dezenas de engenheiros, por exemplo, sem serviço no momento, num órgão, como o DER, tivemos falta de um engenheiro na EMOPAR, contratando-se mais um engenheiro.

Assim é que, o Poder Executivo fica com dificuldade de remanejar os seus próprios funcionários, e com isto, anos após ano, aumenta número de funcionários públicos, perde o Estado a capacidade de investimento. Tenho a impressão, Senhor Presidente e Senhores Deputados, sem ter dados mais concretos nas mãos, mas, simplesmente pela observação, atenta nestes dois anos e meio como Deputado.

Que fizéssemos nós no Estado do Paraná uma Reforma Administrativa, sem demitir absolutamente ninguém do Poder Executivo ou do Poder Legislativo, somente dando possibilidade de remanejamento do pessoal, poderia o Paraná, no mínimo uns quinze anos ficar sem um novo concurso, sem novas contratações, e, paulatinamente ir readquirindo a sua capacidade de investimento.

Nós vemos na própria Educação, na Secretaria da Educação que professoras, professores com dois padrões são colocados em núcleos, em inspetorias e Secretarias de escolas, com a função de simples datilógrafo.

Quanto mais especializado, mais experiência adquire o professor, quanto mais necessário é ele na sala de aula, para ensinar efetivamente, acaba este professor, parando em frente de uma máquina de escrever.

Fazendo simples ofício, copiando ofícios que poderia um simples datilógrafo fazer.

Nos precisamos parar, Senhor Presidente, e contratar; não podemos demitir porque numa época de crise social, a iniciativa privada não pode absorver os funcionários, que por ventura estejam hoje sem serviço.

Temos empresas, dezenas de empresas desnecessárias no Estado do Paraná. Temos empresas que se fossem extintas, ninguém se aperceberia que um dia elas sequer existiram. E nós estamos aqui lutando por investimentos na área social, e vemos que 90 por cento de tudo que se arrecada, e de vez em quando há movimentação para aumentar a carga tributária, é para manter a máquina.

Por isso, nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, esperava uma oportunidade em que um projeto, até oriundo da Bancada do PMDB, que ensejasse novas contratações, eu pudesse me posicionar contra, para que daqui para a frente, com tranquilidade e sistematicamente eu possa votar contra, qualquer projeto que aumente esta imensa máquina administrativa, que faz com que entre Governo, mude Governo, veja-se assim uma dificuldade muito grande, de mudar os rumos de administração pública, tal a inércia da máquina administrativa.

Eu me posicionarei contra, votarei contra, nobre Deputado Osvaldo Alencar Furtado, mesmo sabendo dos seus propósitos, ao criar, ao propor a criação dessa assessoria,

mas, nós Deputados aqui da Assembleia Legislativa temos consciência; que Secretários de Comissão, de Comissões que não se reúnem, vivi no início do mandato; quando escolhido Presidente da Comissão de Transportes e Obras Públicas, aqui da Assembleia, a primeira experiência, em que a Secretária daquela Comissão, há tantos anos secretariando, achou ruim porque eu quis que se fizesse uma ata de uma reunião daquela Comissão, que não se reunia.

E ao exigir que fizesse a ata, não soube fazer, e passou pelos corredores, a me criticar como Deputado exigente, que exigia uma simples ata de uma reunião.

Trocou-se a Secretária da Comissão, mas a verdade que se fôssemos falar de exemplos, de empresas do Estado, de assessoria da Assembleia Legislativa, desta estúpida máquina administrativa do Paraná, nós haveríamos de concordar que é necessário uma reforma administrativa que, sem demitir ninguém, pudesse o Paraná ficar 15 anos no mínimo sem mais ninguém contratar e aos poucos readquirir a capacidade de investimento que a cada ano mais perde o Governo do nosso Estado do Paraná.

Obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Continua em votação.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Uma questão de ordem, Senhor Presidente.

O Regimento Interno, Senhor Presidente, é claro quando estabelece que os projetos devem ser encaminhados às Comissões. Este projeto foi encaminhado apenas à Comissão Executiva, que sobre ele não se manifestou.

Entretanto, o Departamento Legislativo não determinou o procedimento normal do projeto de lei que seria o encaminhamento à C.C.J., para analisar sobre a sua jurisdição, sobre a sua constitucionalidade e, posteriormente, para as outras Comissões, como a Comissão de Recursos Humanos, a Comissão de Cultura, para que aí sim, houvesse a possibilidade de constar em pauta para discussão e votação posterior.

Tendo em vista estes dados, Senhor Presidente, que constam da capa do projeto em tela, eu solicito a Vossa Excelência a retirada do projeto, para que as Comissões possam ter o prazo legal, constitucional e regimental para falar sobre o projeto de lei.

Pela ordem ainda.

Apenas para argumentar, com Vossa Excelência. Vossa Excelência, ainda há pouco retirou, a requerimento do Deputado Líder do Governo, um Projeto em pauta, um projeto que estava em regime de urgência e a que, há de semanas atrás, Vossa Excelência retirou de votação outro projeto do Deputado Paulo Furiatti, tendo em vista o procedimento não normal do projeto nesta Casa.

O Sr. Paulo Furiatti - Não tinha entrado em pauta.

O Sr. Luiz Alberto Oliveira - Não tinha entrado em pauta o projeto. E tendo em vista que há um outro fato neste projeto, o projeto não ter ido às Comissões competentes, Vossa Excelência pode determinar a retirada do projeto.

O Sr. Osvaldo Alencar Furtado - (Pela Ordem) - Senhor Presidente, se a Mesa nos informar da possibilidade de retirar esse projeto por algumas sessões, eu assim procederia e numeraria o número das sessões.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - A Mesa vai deferir a



questão de ordem levantada pelo Deputado Luiz Alberto Oliveira. Realmente o projeto não foi encaminhado à Comissão de Justiça, nem à Comissão de Cultura. A Mesa vai retirar o projeto por 48 horas para cada Comissão e em seguida, vai colocá-lo novamente em votação na Ordem do Dia.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 77/85, (Mensagem n. 106/84 - ex-Proposição n. 97/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios de Cooperação Financeira, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Empresa Paranaense de Turismo - PARANATUR, com as partes, datas e objetivos que especifica. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 78/85, (Mensagem n. 99/85, ex-proposição n. 87/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios n. 2/84 e 1/85, celebrados respectivamente em 12/12/84 e 08/02/85, entre o Estado do Paraná e a Petrobrás Distribuidora S/A, objetivando fornecimento de produtos asfálticos para aplicação, pelo DER, em obras de pavimentação do Sistema Viário do Estado. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 79/85, (Mensagem n. 113/85 - ex-Proposição n. 99/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n. 247/84, celebrado em 16/08/84, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e o Município de Santana do Itararé, objetivando execução de obras integrantes do Projeto PROSAFRAS. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 80/85, (Mensagem n. 97/85 - ex-Proposição n. 85/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio n. 04/85, celebrado em 05/02/85, entre o Estado do Paraná, através do DER., e o Município de Curitiba, através da URBS, objetivando execução, pela URBS., de serviços de revestimento com pedra irregular, no referido município. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 81/85, (Mensagem n. 100/85 - ex-Proposição n. 88/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio de Cooperação Técnica e Financeira n. 3/83, celebrado em 20/10/83, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Transportes e do DER., com o Município de Paranavaí, objetivando construção de Ligação Rodoviária, trecho BR - 376, Mandiocaba no mesmo Município. - Aprovado.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA - Solicito verificação de votação, Sr. Presidente.

O SR. PAULO FURIATTI - Solicito a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa defere e solicita ao Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)

37 Srs. Deputados responderam a chamada. Há quorum para deliberação.

A Presidência irá proceder a verificação de votação atendendo solicitação do Sr. Deputado LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

(É procedida a verificação de votação).

26 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita. Não há "quorum" para votação, somente para prosseguimento da sessão.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 236/84, de autoria do Deputado NILSO SQUAREZI, que regula a contratação de operações de arrendamento mercantil (leasing) pela Administração Direta, Indiretas e Autárquica, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 241/84, de autoria do Deputado NILSO SQUAREZI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS EPILEPTICOS DE PATO BRANCO, com sede e foro na Cidade de Pato Branco. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 11/85, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que dispõe sobre o zoneamento agrícola para implantação ou expansão de áreas e/ou projetos, destinados a produção de álcool e dá outras providências. SEM PARECER. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publicado no D.A. 10. de 12/3/85). Em discussão.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Concedo a palavra para discutir, ao Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Sr. Presidente e Srs Deputados.

Infelizmente, embora entendendo a boa intenção que está por trás do Projeto de Lei n. 11/85 de autoria do nobre Deputado Paulo Furiatti, eu gostaria de pedir vênias ao Deputado, porque não poderei acompanhá-lo nessa votação, uma vez que existe, já, uma lei que regulamenta a localização dos Projetos de Cana de Açúcar. O Ato n. 858/83 de 17 de janeiro, dispõe sobre sistemática de tramitação de Projetos do âmbito Proálcool, e já inclui na sua Letra C, ao item 3, as Cartas-Consultas que serão analisadas pelas Secretarias Estaduais de Indústria e Comércio e, ou, da Agricultura. Portanto assim, o Artigo 2º do Projeto de Lei do nobre Deputado, Parágrafos 1º e 2º, não precisam ser incluídos, uma vez que já há uma lei maior que regulamenta isto.

Por outro lado, como Deputado representante da região Oeste do Paraná, sabemos que, vários agricultores já têm se disposto e estão animados a introduzir microdestilarias de forma associada, no sentido de enfrentar o alto custo da produção agrícola que nos enfrentamos. Nós, que sabemos que a nossa região prioritariamente produtora de soja, está encontrando sérias dificuldades com a queda do preço no mercado internacional, há necessidade de nos debruçarmos sobre esse aspecto e realmente encontrar uma saída alternativa, uma agricultura alternativa, uma saída alternativa para o consumo de energia. Sabemos que o custo de produção, aproximadamente em torno de 60 por cento, se gasta em insumos e energia, ou seja, tratores a óleo diesel. Vê-se a possibilidade vislumbra-se uma



nova agricultura, uma agricultura do futuro, que poderá reduzir este custo de produção – não diria a zero – mas, certamente, em 40 por cento. Dando assim uma margem maior de lucro na obtenção de lucro na venda do produto final.

Nós, esta noite, estaremos acompanhado um grupo de agricultores do Oeste do Paraná, especificamente de Santa Helena, Palotina, Marechal Cândido Rondon e Nova Santa Rosa, que estão se dirigindo em visita a uma experiência similar, uma experiência elaborada por técnicos da melhor estirpe – por um Engenheiro Civil, um Engenheiro em Energia e um Engenheiro Agrônomo, da famosa Fazenda Ermita que está despertando a curiosidade, inclusive, da tecnologia européia, que, seguidamente, vem em visita a este projeto que haveremos de visitar durante o dia de amanhã. Onde se conseguiu alcançar integração perfeita, entre a cana-de-açúcar e o plantio de feijão preto, em que se conseguiu fazer a transformação de biomassa-alimento em biomassa-energia. Um projeto que tornou independente aquela propriedade, de qualquer custo de energia em termos de combustível para seus tratores que hoje funcionam a álcool. Que conseguiu o aproveitamento do vinhoto, que realmente será uma ameaça se ele for jogado e a poluir os nossos rios, mas que pode ser perfeitamente aproveitado, como está sendo aproveitado naquela fazenda, naquela experiência e já tem cinco anos de experimentação. Está sendo aproveitável para a produção inclusive de gás metano, para a produção de levaduras, através de uma centrífuga simples e alimentação de gás. Está sendo aproveitada as pontas de cana e o bagaço para produzir energia através de caldeiras, isentando, inclusive o agricultor, dos altos custos da energia elétrica.

Teremos condições, através do projeto, de uma microdestilaria, e implantar de forma associada, com mais de cem associados, permitindo com que cada agricultor aproveite a sua área mais pendente, mais acidentada para plantar ou cultivar a cana, não alterando, por assim dizer, não optando para o cultivo exclusivo de soja. Poderá perfeitamente ser integrado com uma produção de cana-de-açúcar para o álcool, produção de insumos, produção de gás metano e produção de alimentos para a ração animal. E, desta forma, libertar-se da escravidão da importação de produtos químicos em termos de adubos, na importação do petróleo, que, honra demais a produção demais a produção na área agrícola.

Nós precisamos encontrar uma alternativa. O projeto de lei do nobre Deputado, infelizmente, restringe a região ou prioriza a região do arenito caiua, se for o caso, de implantação de indústrias de álcool, eu estou de acordo, entretanto, ele restringe por outro lado as experiências que estão sendo feitas ou querem ser realizadas na região de Terra Roxa que nós representamos hoje.

Portanto, se já existe uma legislação que submete à apreciação das Secretarias, do controle do solo ou do espaço que deve ser ocupada para esse tipo de cultura, nós não podemos restringir de forma absoluta experiência que possa ser feita naquilo que pode representar a independência da agricultura brasileira do consumo de energia.

O SR. MÁRIO PEREIRA – Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. GERNOTE KIRINUS – Tem o aparte, nobre Deputado Mário Pereira.

O SR. MÁRIO PEREIRA – Deputado Gernote Kirinus, o

artigo 1.º desta lei dá prioridade de aprovação de álcool em regiões com áreas de solo derivado do arenito caiua, terão prioridades para aprovação, diz o artigo 1.º

Mas prioridade é justo que seja analisado com prioridade a região de maiores riscos de erosão no Paraná. Mas o artigo 3.º diz o seguinte: “ A análise dos projetos tratados nesta lei a cargo da SEAG - Secretaria da Agricultura - objetiva fundamentalmente evitar que a expansão ou implantação de novos cultivos da cana-de-açúcar produza as seguintes alterações no meio rural:

Item 3.º – Ultrapasse os limites da região-programa definida pelo zoneamento agrícola nos termos do artigo 1.º desta Lei ”

Ora, nos termos do artigo 1.º desta lei fala na região do arenito de caiua. Portanto, se ela fica impedida de ultrapassar os limites da região definida do artigo 1.º, não há prioridade para a região do arenito de caiua. Há simplesmente a impossibilidade legal, depois de aprovada a lei, de que fora do arenito caiua se implante alguma microdestilaria de álcool.

E nós sabemos - nós que somos do Oeste - que apesar da região, a grande maioria do nosso solo ser solo apropriado para a mecanização, mas nós temos as margens do rio Piquiri e os diversos municípios como Braganey, como Guaraniaçu, regiões altamente acidentadas que poderiam ser aproveitadas para microdestilarias ocupando lugar hoje de pastagens que lá é a prática usual hoje.

Portanto, eu estou vendo que o artigo 1.º fala em prioridade, e o artigo 3.º, em seu item 3.º, fala na limitação exclusivamente à área do arenito caiua para a implantação dessas microdestilarias. Como eu não analisei mais devidamente este projeto, e Vossa Excelência que está discutindo o projeto, que se debruçou sobre ele, apesar de não ter sido autor, é do nobre Deputado Paulo Furiatti, eu gostaria que Vossa Excelência atentasse para esse detalhe que no art. 1.º fala em prioridade e no art. 3.º fala praticamente aqui em proibição fora do arenito do caiua.

O SR. GERNOTE KIRINUS – E tem mais, nobre Deputado, no art. 5.º diz que “ fica vedado às instituições financeiras controladas pelo Estado do Paraná conceder qualquer tipo de apoio inclusive financeiros a projetos agrícolas ou industriais destinados à produção de álcool que se localiza fora do zoneamento aprovado pelo art. 1.º ou não atendam a qualquer das diretrizes estabelecidas nesta Lei ”. Ou seja, o Oeste do Paraná não poderá no futuro conseguir recursos financeiros junto a órgãos do Estado, junto a bancos estaduais para poder implantar as micros que poderiam - como bem diz Vossa Excelência - ser uma solução para substituir a energia de petróleo que, hoje, em larga escala, já se usa em São Paulo o trator Valmet a álcool. Por que não nos tornemos independentes!

Portanto, estamos realmente na Região Oeste do Paraná sendo discriminados. E isso, por razão, nobre Deputado Paulo Furiatti, eu não vou poder acampar na votação o vosso projeto, e até solicitaria que retirasse por porque o vosso objetivo que quer ser alcançado para que órgãos estatais, Secretaria da Indústria e Comércio, da Agricultura, inclusive do Interior que não está incluído no caso da Legislação Maior, mas que poderia até sofrer uma Emenda a ser incluído, já está sendo previsto pela Legislação Maior, que é justamente o Ato Adicional de n. 858 de 1983 que no seu item “ C ” inclui exatamente as preocupações de Vossa Excelência enumeradas nos três itens, e há pouco o item 3.º citado pelo nobre Deputado Mário Pereira.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu acredito que nós, do Oeste do Paraná, que fomos sempre jogados a segundo plano durante todas as administrações passadas, inclusive em termos de Governo Federal. O único e primeiro programa que veio para atender o Oeste do Paraná foi desativado em 1984 e que não preencheu nem sequer as mínimas cláusulas, os objetivos para o qual tinha sido criado.

Nós do Oeste do Paraná que não temos escolas públicas estaduais, temos que carregar com o custeio de nossas comunidades, os colégios da CNC. Nós que não tivemos quase nenhuma presença da CIBRAZEM em termos de armazenamento, tivemos que carregar com os recursos das próprias cooperativas, com o suor dos próprios agricultores, todo o processo de armazenagem do solo e somos o celeiro do Paraná em termos de produção de soja. Agora estamos sofrendo o impacto do preço internacional do soja. Precisamos encontrar uma saída. De nada vale querermos discutir o preço da soja na Bolsa de Chicago, porque não teremos esta influência. Mas onde temos esta influência é justamente reduzir o custo da produção. E para reduzir o custo desta produção precisaríamos, e precisamos dos projetos de microdestilaria, que deram certa Região e que podem dar certo lá, sem entretanto prejudicar a produção de alimentos, porque pode haver integração.

Esta a nossa posição que gostaríamos de deixar registrado na tribuna. (Sem revisão do orador).

O SR. PAULO FURIATTI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Paulo Furiatti.

O SR. PAULO FURIATTI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lamentavelmente, o projeto ora em questão, recebe contrariedades não fundamentalmente porque o artigo estabelece isto ou aquilo, mas porque há interesses outros por trás da manutenção do "status quo" da política da cana e do álcool no Paraná.

A posição da Secretaria da Indústria e do Comércio é míope por Excelência. E com todo o respeito ao Deputado Gernote Kirinus e ao Deputado Mário Pereira, defendem a não aprovação deste projeto, não porque estejam preocupados com o solo, com a cana, com o pequeno agricultor. Porque infelizmente os discursos se fazem de duas formas: O discurso feito por aqueles que dizem o que pensam e o discurso feito por aqueles que escondem o que fazem.

Quero informar e concordar com o Deputado Mário Pereira que há uma falha no Artigo 1.º, de redação, porque o mesmo deveria estabelecer o zoneamento agrícola para implantação ou expansão de áreas ou projetos destinados à produção de álcool, e a localização dos projetos agrícolas e industriais destinados a esta produção, dentro do próprio artigo, terá prioridades ao arenito de Caiua. Há uma falha neste artigo 1.º. Vou verificar se o erro é da minha assessoria ou da redação do projeto, mas certamente da minha assessoria, e ele seja corrigido. Feito isto, não se tem muito mais o que discutir; porque define que há necessidade de uma regulamentação de zoneamento agrícola para produção de cana no Estado do Paraná e produção de álcool. Juntamente com esta definição, se dá prioridade a região do arenito do Caiua e, mais precisamente, do Noroeste do Estado.

Quero aqui informar que tenho em mãos uma análise...

O Sr. Gernote Kirinus — Permite um aparte?

O SR. PAULO FURIATTI — ... jurídica deste projeto de lei.

Amanhã estarei corrigindo este artigo 1.º, seja através de uma emenda, ou seja através de requerimento à Mesa. Esta forma de legalidade não sei qual é. Mas imagino que se forem estes os aspectos considerados pelo Deputado Mário Pereira e pelo Deputado Gernote Kirinus, que são corretos, teremos resolvido o problema da questão do projeto. Porque daí não haverá limitação. A limitação haverá a partir de um zoneamento agrícola que os Órgãos estaduais farão para definir onde se planta cana, onde se produz álcool, baseado no espírito do projeto.

Tenho aqui um parecer do eminente Jurista Andriguetto, que diz o seguinte: (Sobre o aspecto técnico) pela nossa óptica, o projeto é recomendável, vislumbra disciplinar a expansão do cultivo da cana em instalação de destilarias, de modo a não reduzir as áreas de produção de alimentos. Busca ao contrário, atrelar a ampliação da canavieira à ampliação das demais culturas de alimentos. O diploma legal projetado intenta outrossim reforçar os meios de proteção dos recursos naturais renováveis, em especial a água e sua fauna contra os poluentes letais. Paralelamente, visa reforçar as medidas de proteção do solo, principalmente nas regiões mais erodíveis. Em suma, é mais um instrumento legal coadunante com a preservação do meio ambiente e com o processo de produção de alimento.

Continua Andriguetto: "aspecto legal, o parágrafo único do Artigo 8.º da Constituição viabiliza ao Estado, legislar supletivamente, entre outros, sobre produção. O escopo primordial do presente projeto é justamente estatuir recomendações pertinentes à produção da cana, álcool, ou alimento". Deste modo, não é inconstitucional, é óbvia esta competência legislativa provincial encontra fronteiras intransponíveis nas disposições federais pertinentes na mesma matéria.

Simplificando, a lei estadual não pode antepor-se à disposição com gênero federal.

No caso em análise não divisamos disposições que indiquem o projeto como inconstitucional.

O Artigo 1.º estabelece prioridades, não entendimentos ou exclusividades. O Artigo 2.º, estatue providências, ações e medidas destinadas a subsidiar o conselho nacional do álcool para tomar as suas decisões.

Esta disposição do projeto como não poderia deixar de ser, reconhece e reafirma a competência do órgão federal propondo-se apenas a colaborar com ele, alimentá-lo com informações regionais, não lhe tolhe, não lhe furta a competência constituída pela legislação federal, decreto n. 85.698/81 e outros.

Os artigos subsequentes normatizam as ações dos órgãos estaduais para cumprir o disposto no artigo segundo o qual como já dissemos tem por fim colaborar com o Senado.

O artigo 5.º é verdade, tem cunho proibitivo, porém restrito às entidades da administração indireta instituídas e controladas pelo poder público estadual, possíveis pois, de disciplinação por parte deste mesmo poder.

Isto posto de nossa parte o projeto é tecnicamente utilíssimo e constitucionalmente hábil.

Eu até proporia que o Deputado Gernote Kirinus fizesse uma emenda a este projeto e corrigisse o artigo primeiro.

Porque, não estamos aqui com um projeto pessoal, não estamos aqui com um projeto em caráter único e exclusivo de impedir "a" ou "b". Apenas queremos uma regulamentação para esta matéria importante.

O Sr. Gernote Kirinus - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado Furiatti, eu infelizmente tomei

conhecimento mais de aperto do projeto, hoje. Por isso está sobre a Mesa um requerimento meu para retirada, por três sessões, para poder exatamente receber emendas.

Como já anunciei antes, talvez amanhã volte com uma outra idéia depois de visitar o Projeto Ermida, em Jundiá. Infelizmente não estarei aqui porque acompanhei agricultores que se interessaram exatamente na questão das destilarias, e especificamente no Projeto Ermidas onde irei visitar. Ali existe uma alternativa oferecida, uma experiência já garantida em termos de rentabilidade e de possibilidade de redução de custos.

Eis, porque eu estava apreensivo e pedi que fosse retirado por três sessões e talvez até oferecer a emenda que também o Deputado Mário Pereira indicou.

Entretanto, sem maiores análises eu insisto de que não haveria necessidade de criarmos um zoneamento.

O zoneamento prende-se à oferta de clima e solo, à demanda biológica, às necessidades que exige o plantio para se desenvolver seu ciclo vegetativo, seu "habitat" natural. Nada diz que a cana-de-açúcar tem seu "habitat" natural apenas na região do Arenito Caiuá. Poderá ter também na região de Terra Roxa, porque não? Portanto o zoneamento sempre implica em fatores limitantes e Vossa Excelência nos acompanhou, até à presença do Ministro da Agricultura, pedindo e protestando contra o zoneamento do desenvolvimento, dos cítricos e nós derrubamos exatamente este zoneamento.

Exatamente porque ele prejudicava o Paraná, agora permita-me o direito de estudar mais a fundo e defender também a região do Oeste do Paraná, diante de um novo zoneamento que aparece, pois a situação é realmente séria.

Mas como já dizia o Divino Mestre, de nada adianta nos nos apressarmos em querer arrancar o joio do meio do trigo, porque poderemos arrancar muito trigo junto. Portanto quer me parecer à primeira ótica, que torna-se um tanto perigoso para nossa região, e até um tanto precipitado, logo se falar em zoneamento, quando existem outras possibilidades de criar as limitações e evitar os prejuízos que Vossa Excelência quer evitar com seu projeto, que seria apenas a determinação legal de localização dos projetos e ouvidos da mesma forma como já está regulamentando o pró-álcool, a Secretaria de Indústria e Comércio, a Secretaria da Agricultura.

Seriam estas as restrições que eu tenho e se amanhã for aprovado a retirada do projeto, até com o seu assentimento, eu poderia com muito mais fundamento e maior profundidade, voltar a pensar ou até oferecer emenda.

O SR. PAULO FURIATTI - Eu quero, nobre Deputado, informar que esse projeto no dia 12 de março, entrou em regime de urgência e está em pauta. Eu mantenho o projeto em pauta com emenda que farei corrigindo o artigo primeiro e mantenho porque, o zoneamento que falou o Senhor Ministro da Agricultura não era o zoneamento agrícola.

O zoneamento que falou o Senhor Ministro da Agricultura era o zoneamento econômico, para restringir a produção de laranjas no espaço brasileiro em apenas vinte ou trinta municípios do Estado de São Paulo.

O zoneamento que tratamos, é o zoneamento do clima, é o zoneamento do solo, é o zoneamento social, de forma que a indústria da cana não se prolifere.

Proponho-me mais, farei uma análise profunda do programa de micro-destilarias, que pode sem dúvida ter acertos, mas que está enfado de erros por este Paraná.

Exatamente porque nós não temos um instrumento

legal para colocar a batuta dos tecnocratas que definiriam este programa, dentro de um instrumento legal. E eu como Deputado, representando segmentos que me encaminharam isso, irei aprofundar e convidar o Deputado para analisarmos este programa de micro-destilarias. Um programa em que se fala, mas que na verdade nós não temos absolutamente nenhum instrumento efetivo no Estado para coibi-lo.

Fala-se, inclusive, em produzir cana no Sudoeste do Paraná. Isto não é produção de álcool, isto é palhaçada. A própria DESTIL que estava incluída neste programa, hoje está falida. O que nos propõe a este projeto, é estabelecer um regimento legal, de forma que o Governo do Estado, sob a batuta do Legislativo, estabeleça um zoneamento sério de discussão com a Federação de Agricultura, com os Sindicatos de Trabalhadores Rurais, com as Entidades Profissionais.

Eu não determino neste projeto, absolutamente, nenhuma proibição a qualquer tipo de área, isto terá que ser feito pelo Executivo, dentro de um programa cujo programa é do próprio Partido. Se Vossa Excelência olhar com mais cuidado, verá porque o zoneamento agropecuário, qualquer Nação desenvolvida e que se preocupe com a expansão de culturas, terá que fazê-lo. Nós todos não podemos desconhecer que as vantagens ao produtor de feijão é diferente das vantagens do produtor de cana, e é exatamente nas vantagens governamentais e nos programas feitos em gabinetes, em que interesses outros estão por traz, que começam a surgir inúmeras vantagens para avançar sobre a área de produção e da pequena propriedade.

Portanto, nobre Deputado, quero reafirmar aqui o compromisso de recorrer à emenda, para colocar o Artigo 1.º nos seus devidos tempos e solicitar aos nobres Deputados do PFL, do PDT, do PMDB, que façam uma análise e aprovem este projeto, porque este projeto não é do Deputado Paulo Furiatti. Este projeto é um reclame dos trabalhadores rurais, dos pequenos e médios agricultores, que estão vendo, atrás de todo este processo, a total e absoluta falta de uma legislação estadual que venha a disciplinar o assunto.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Continua em discussão.

Encerrada a discussão.

O requerimento do nobre Deputado Gernote Kirinus será apreciado em segunda discussão.

O SR. GERNOTE KIRINUS (Pela Ordem) - O requerimento só será apreciado em segunda discussão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Foi encerrada a discussão.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Então, aproveito a questão de ordem para convidar o nobre Deputado Furiatti a visitar a Fazenda Ermida. Esta noite sai o ônibus de Ponta Grossa.

Obrigado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 152/85, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de utilidade pública o "CENTRO PARANAENSE DE URBANIZAÇÃO", com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão. (Public. no D.A. n. 74, de 13/08/85).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E  
JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.152/85.

PARECER:

O presente Plano de Lei n. 152/85, de autoria do nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado, tem por finalidade declarar de utilidade pública o "Centro Paranaense de Umbanda", com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processo devidamente instruído com a documentação exigida pela legislação pertinente à matéria - Lei n. 6.994, de 10/01/78 - inexistindo portanto, qualquer óbice de natureza regida tal ou legal à sua normal tramitação por esta Casa.

A justificativa apresentada pelo autor nos convence da sua oportunidade, razão pela qual opinamos FAVORAVELMENTE À SUA APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 11 de setembro de 1985.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente.

LIJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Relator.

DISCUSSÃO ÚNICA - Do requerimento de autoria do Deputado Emar Luiz Costa, solicitando 15 (quinze) dias de licença para tratamento de Saúde. Encerrada a discussão.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, amparado no que contém o Atestado Médico, em anexo, vem à sua presença solicitar a concessão de quinze (15) dias de licença especial, para fins de tratamento de saúde.

Sala das Sessões, em 23 de setembro de 1985.

(a) EDMAR LUIZ COSTA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ  
SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE SAÚDE

LAUDO MÉDICO N. 24/85.

Aos vinte e três dias de setembro de 1985, a Junta Médica infra assinada, tendo procedido à inspeção de saúde em Deputado Edmar Luiz Costa, concluir achar-se o mesmo com 361.2 (diagnóstico de acordo com a nomenclatura internacional de doenças e causas de morte), necessitando de (15) quinze dias de licença, para tratamento, a partir de 24/09/85.

(aa) MÉDICO CHEFE DA JUNTA e MEMBROS

Assinaturas Illegíveis.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Kury) - Sobre a Mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitar o voto de pesar pelo falecimento da Senhora Angelina Hobi, ocorrido no dia 22 de setembro do corrente ano, no Município de União da Vitória. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Leônidas Chaves, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Firton Berger, ocorrido no dia 22 de setembro do corrente ano, no Município de Ponta Grossa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da COHAPAF, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a construção de casas pelo sistema mutirão no Distrito Administrativo de Herveira, Município de Campina da Lagoa. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, objetivando a destinação de materiais esportivos para a Escola Estadual Vila Rica do Espírito Santo - Ensino de 1.º Grau, no Município de Fênix. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Odeir Mongruel, constante do expediente, solicitando a realização da sessão solene de Entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Evangelino Costa Neves, no dia 10 de outubro do corrente ano. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Governador do Estado, encarecendo para que em todos os procedimentos e decisões a serem tomadas em relação a projetos de desapropriação no Estado do Paraná sejam ouvidas as lideranças representativas do empresariado rural. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edgard Pimentel, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Ministro dos Transportes, visando providências para que os veículos utilizados pelos Sindicatos Rurais do Paraná sejam isentos da Taxa Rodoviária Única - TRU. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria dos Senhores Deputados Nilso Squarezzi e Mário Pereira, constante do expediente, solicitando voto de congratulações pela passagem do 18.º aniversário de emancipação política do Município de Nova Aurora. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Associação dos Funcionários Fiscais do Estado do Paraná, pela eleição de sua nova Diretoria. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caio Quintana, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, objetivando a construção de abrigos para passageiros de ônibus na extensão da PR-281, nos seguintes locais: Trevo Secundário de Planalto, Saída de Santa Cecília, Saída de Esquina São Paulo, Saída de Barra Grande para Coxilha Alta, Trevo de São Valério, Saída de Lajeado Marinho e Fonte do Rio Caparema. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente, solicitando a transformação do Projeto de Lei n. 321/84, em sugestão a ser encaminhada ao Senhor Governador do Estado, para que, na forma prevista pelo art. 25, § 1.º, letras a e b da

Constituição Estadual, tome a iniciativa que lhe compete para a criação do Fundo Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. - FUNCITEC. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente, solicitando transcrição nos Anais da Casa, do íntegra do pronunciamento do Senhor Presidente da República aos Delegados da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, em Nova York, publicado por vários órgãos da imprensa nacional. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Nilso Squarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Segurança Pública, encarecendo informações de quais as medidas legais e administrativas tomadas com relação aos fatos que originaram a sindicância de n. 1348/84 da CIRETRAN do Município de Ivaiporã, bem como da atual situação em que se encontram tais medidas. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente da TELEPAR, objetivando a instalação de telefones no Distrito de Borbônia, Município de Barbosa Ferraz. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente da TELEPAR, visando a ampliação de mais 400 terminais telefônicos para o Município de Marialva. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado

Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do Senhor Diretor Presidente da SANEPAR, para expor aos Senhores Deputados as implicações do Edital de Concorrência Pública n. 02/85, que trata da ampliação e melhorias do sistema de abastecimento de água dos Municípios de Londrina e Cambé. Encerrada a discussão.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitar o envio de expediente ao Senhor Secretário de Cultura e do Esporte, objetivando a colocação de alambrado na Escola Estadual Arnaldo Coneglian, na Cancha de Esportes e no Estádio Municipal, no Município de Barbosa Ferraz. Encerrada a discussão.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 25, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

#### EM VOTAÇÃO

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 81/85.

#### EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 236 e 241/84.

#### EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - Do requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, solicitar de 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n. 85/84.

Levanta-se a sessão.